



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 20/17-21 SESSÃO ORDINÁRIA 2021/02/26

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, no edifício do Cineteatro do Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 18H30M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Manuel Marques, Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, faltou.
- Carlos Alberto da Cunha Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, substituído por Ana Cristina Serro Barreiros.
- Marina Sola Gonçalves, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Vítor José Brás Rocha.
- Rui Taxa Araújo, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por Ricardo Jorge Rodrigues Cunha.
- Mónica Ariana Ribeiro Fernandes, eleita pelo Partido Social Democrata, foi substituída José Valdemar Ferreira Vieira.
- João Filipe da Costa Lages, eleito pelo Partido Social Democrata, faltou cuja falta foi justificada.

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 34 elementos.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período da Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 18 de dezembro 2020;
- c) – Contração de um Empréstimo para o Exercício Económico de 2021;
- d) – Regulamento Municipal para Autorização de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e outras Formas de Jogo.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público.

2.º – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) – Informações da Mesa



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que chegaram à mesa duas Moções, uma apresentada pelo representante do Partido Socialista, que se intitula “Censura Águas do Alto Minho”, e uma outra pelo representante da Coligação Democrática Unitária, que se intitula “Reversão dos Serviços prestados pelas Águas do Alto Minho (ADAM), e duas Recomendações, e uma outra à Câmara Municipal apresentada pelo representante do Partido Socialista.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes que nos seguem de casa e Comunicação social, e de seguida leu a moção “Censura Águas do Alto Minho”;

“Os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira constituíram uma Parceria 100% Pública com as Águas de Portugal a que chamaram Águas do Alto Minho (ADAM). O objetivo desta iniciativa foi claro: manter a gestão pública da água, garantir maior eficiência das redes, incrementar a qualidade do serviço, ganhar escala, cumprir a legislação e multiplicar investimento.

Embora se mantenham os objetivos desta Parceria e as razões que justificaram a sua constituição e apesar de francas melhorias do serviço no que respeita à resolução de roturas e de falhas no abastecimento de água, na execução de ramais e na criação de plataformas digitais de apoio ao cliente, a Assembleia Municipal de Caminha não pode deixar de reconhecer publicamente que o desempenho da ADAM, no setor de faturação e de atendimento aos clientes tem sido uma enorme frustração. Erros grosseiros na faturação, documentação incompreensível, desvalorização da leitura efetuada pelos consumidores, deficiente atendimento e falta de recursos humanos, marcaram o primeiro ano de vida da ADAM com enorme prejuízo para as populações e um tremendo desgaste para a credibilidade da Parceria e dos Municípios que a compõe.



Assembleia Municipal de Caminha

Sem preconceitos partidários e sem qualquer interesse mesquinho que envolve um aproveitamento político do momento tendo em vista as próximas eleições autárquicas, a Assembleia Municipal de Caminha mostra-se solidária com a tomada de posição dos Presidentes de Câmara dos sete Municípios detentores de 49% da ADAM e exigem que a empresa pública possa assumir compromisso no sentido de corrigir os erros de faturação, reforçar o atendimento telefónico e presencial logo que a situação pandémica o permita, incrementar o número de leituras reais diminuindo os riscos das estimativas, melhorar os canais de comunicação com o público e cumprir com os objetivos de sustentabilidade e qualidade de serviço que justificou a Parceria.

Mais, entende a Assembleia Municipal que é hora do Conselho de Administração da ADAM e do seu Presidente, em particular, assumir as responsabilidades por este primeiro e nefasto ano de funcionamento, dando a cara perante os problemas, apresentando metas e soluções e pedido de desculpas às pessoas.

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Caminha reunida a 26 de fevereiro delibera:

- 1- Censurar a atuação da ADAM pelos erros cometidos com prejuízo para a população e as empresas, exigindo, desde já, uma mudança radical de procedimentos de modo a poder dar resposta satisfatória aos consumidores;
- 2 - Recomendar à Câmara Municipal de Caminha que possa atuar, em conjunto com os restantes Municípios da Parceria Pública, no sentido de pressionar o Conselho de Administração da ADAM a arrepiar caminho, contratando os recursos humanos necessários, reforçando o investimento e reganhando a confiança dos consumidores.
- 3 - Recomendar ainda que, sendo esta uma Parceria 100% Pública, e de modo a evitar que a agenda escondida dos críticos que esperam a implosão da ADAM para abrir caminho à privatização da água possa obter sucesso, seja envolvido com urgência o Estado, através do Ministério do Ambiente e da



SA
E

Assembleia Municipal de Caminha

Transição Energética, na procura de soluções definitivas que melhorem a performance da ADAM e o serviço junto dos consumidores.

Da presente, deverá ser dada conhecimento:

1. Ao Conselho de Administração das Águas do Alto Minho (ADAM);
2. A Sua Excelência o Ministro do Ambiente e da Ação Climática.

Caminha, 26.02.2021”

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, disse que o Partido Socialista nos traz aqui uma moção de censura sobre aquilo que é a atividade recente das Águas do Alto Minho. De facto, não passa pela cabeça do Partido Social Democrata opor-se a uma censura às Águas do Alto Minho depois de tudo o que tem acontecido nas últimas semanas.

Mas a verdade é que também já não acreditamos que essa performance possa melhorar, ou melhorando, de alguma forma, faça esquecer tudo aquilo que aconteceu nas últimas semanas num período de pandemia e com um autêntico caos naquilo que foi a prestação deste serviço.

Também não nos revemos em alguns dos considerandos desta moção. Porque fala-se em preconceitos partidários e interesses mesquinhos que envolvem o aproveitamento político do momento tendo em vista aquilo que são as próximas eleições autárquicas.

Pois, se existe aproveitamento político tendo em conta o calendário eleitoral, devo dizer que o mesmo não é exclusivo do Partido Social Democrata. Nas redes sociais e nas intervenções públicas vemos críticas de pessoas de todos os quadrantes políticos.

Podemos ver críticas de deputadas à Assembleia da República, vereadores e deputados do Partido Socialista em Valença que partilharam as suas intervenções de oposição à constituição da ADAM e que querem a reversão do



Assembleia Municipal de Caminha

contrato de parceria, de elementos do Partido Socialista que em Vila Nova de Cerveira aprovaram um voto de protesto pelo que se tem vindo a suceder ao longo das últimas semanas, do vereador Abel Lima Batista que foi eleito em Ponte de Lima com o apoio do Partido Socialista, e que também pede a reversão deste contrato de parceria, e de várias pessoas que chegaram candidatar-se a eleições autárquicas em listas do Partido Socialista no concelho de Caminha. Essas pessoas não querem aproveitar-se do calendário político. Essas pessoas querem o regresso da gestão da água e do saneamento à esfera municipal porque entendem que é a solução que melhor serve os interesses de todos os municípios.

E acho que também nos devemos deixar, de uma vez por todas, da conversa sobre a privatização da água. Acho que ninguém quer isso nesta Assembleia Municipal. Aliás, a experiência recente da ADAM é a maior vacina contra a privatização, a maior prova de que esse não é o caminho.

Não é só pela questão do valor que é cobrado. Na eventualidade de uma privatização, poderíamos até assistir a uma diminuição inicial para afastar resistências, compensada no futuro por aumentos sucessivos.

O principal risco da privatização é o mesmo que assistimos nesta relação de parceria: ao abdicar de poder executivo, o Município assume-se como um mero representante das populações e vê os seus poderes de fiscalização e de regulação reduzidos ao mínimo. Passa de uma capacidade de gestão total para um peso relativo de 7% das decisões tomadas no seio da ADAM.

E se hoje todos os presidentes dos sete municípios estão unidos, fazendo valer os seus 49% de representação na constituição da empresa, dá que pensar no peso que o Município de Caminha terá, no dia em que, sozinho, por estar a braços com um problema isolado no seu território, quiser pressionar as Águas do Alto Minho para dar as respostas que precisará. Estará, estaremos todos, numa circunstância de enorme fragilidade.

Não deixa de ser contraditório que num tempo em que tanto se fala de descentralização de competências para os municípios e em reforço da



Assembleia Municipal de Caminha

autonomia local, uma decisão desta natureza deixe um aspeto tão essencial das nossas vidas nas mãos de uma empresa pública, é certo, mas uma empresa supramunicipal, detida na sua maioria pelo poder central, e que durante estas semanas não mostrou qualquer sensibilidade face aos problemas que estão a acontecer. Não fez sequer um pedido de desculpas, ao contrário dos presidentes de câmara que são eleitos pelos cidadãos.

Não queremos a privatização, não nos queremos aproveitar de um período eleitoral, queremos a resolução dos problemas, não nos oporemos à censura que se quer fazer, mas também não queremos a continuidade desta parceria, portanto, a nossa orientação de voto será a abstenção.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha e nele todos os presentes, bem como os que acompanham a sessão via internet. Disse que a CDU votará contra esta moção. Esta moção, disse, vem completamente fora do tempo. É incompreensível que o Partido Socialista entenda ser este o momento para vir censurar uma empresa, embora a CDU compreenda os timings do Partido Socialista e, sobretudo, o acompanhamento que o Partido Socialista faz nesta Assembleia Municipal daquele que é o exercício do Presidente da Câmara, na sua pessoa, mas, também, na sua representação enquanto líder da Câmara Municipal de Caminha.

Disse o Senhor Deputado que a ADAM começou o seu funcionamento em janeiro de 2020, mas o processo iniciou em 2018. Mais disse que todos se recordarão que se fez uma primeira votação, no Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, e que aconteceu mal, porque já havia confusão com o contrato que queriam que a Assembleia Municipal aprovasse. Acrescentou lembrando que não é menos verdade que a CDU nesse momento até decidiu que tinham que fazer boa fé dos documentos que chegavam da Câmara Municipal e, mais ainda, que os documentos que são votados na Assembleia Municipal valem por esses mesmos documentos e não por outros que



Handwritten marks in blue ink, including a checkmark and a signature.

Assembleia Municipal de Caminha

eventualmente não estavam ali a ser apresentados. Mas, o mais interessante foi que nessa primeira votação, quem votou favoravelmente foram os eleitos do Partido Socialista, que contou com a abstenção de um eleito da bancada do Partido Social Democrata. No entanto, existiu ainda uma segunda votação, porque afinal o contrato estava mesmo errado, e isso aconteceu em Caminha em setembro de 2018. Aí a CDU procurou que o Partido Socialista, no sentido de responsabilidade que lhe deveria assistir, voltasse atrás e retirasse esse ponto da ordem de trabalhos, porque havia sido enviado um documento que não tinha anexos. Quis, nessa sessão, o Partido Socialista, validar aquilo que o Presidente da Câmara na altura foi ali dizer, que afinal os anexos que não tinham sido enviados eram os mesmos de junho. Acontece, porém, que se levantou, nessa reunião, a confusão uma vez que afinal os anexos não tinham sido entregues em junho. Mas não houve problema nenhum para o Partido Socialista, que aprovou na mesma o documento, já que era o seu líder que o estava a pedir, ignorando que os eleitos municipais estão ali em representação da população que os elegeu e não ao serviço político partidário. Mas, frisou, a CDU nesta matéria mais que falar sobre os outros partidos, manifesta-se tranquila porque não acordou agora para este problema. A CDU, em tempo útil, votou contra e avisou, alertou e recorda que foi chamado, o seu eleito, pessoalmente à atenção por se ter excedido no tempo da sua intervenção, tendo mesmo o Presidente da Assembleia Municipal dito que tinha exagerado. Mas, recordou, que na altura aquilo que disse a CDU foi que o exagero seriam as faturas que viriam. Mas, para o Partido Socialista estava tudo bem, tendo mesmo invocado que a CDU falava em fantasmas de faturas que só iram acontecer dali a um ano e meio. Mas elas aconteceram. E, em junho de 2020, por uma ação forte da CDU, que custou bem caro às intervenções da CDU nesta Assembleia, talvez passando por um dos períodos mais negros de agressividade face a esta força partidária nesta Assembleia. Com ofensas gravíssimas à CDU e seus representantes, o Partido Socialista tudo fez para que não se fizesse um balanço aos seis meses de exercício da ADAM, quando



Assembleia Municipal de Caminha

já todos estavam a ver os problemas que se estavam a agravar. A CDU tentou fazer uma proposta de recomendação que foi retirada, pasme-se porque aquilo que a CDU queria fazer ia contra as pessoas, defendendo os Partido Socialista que estas estavam satisfeitas. Estiveram ali dois Presidentes de Junta a defender o modelo para as suas freguesias e a CDU chamou á atenção porque não é só a Câmara que vai ter que dar a cara, são todos enquanto eleitos municipais e são, particularmente, os Presidentes de Junta que vão ter que explicar aos seus fregueses este volume de faturação, estes erros continuados e a grave crise económica na sua vida familiar que este tipo de faturação pode trazer. Não censurou o Partido Socialista os primeiros seis meses da ADAM, e sabem porque censurou agora? Porque o Alto Minho está levantado. Nem sequer é o Concelho de Caminha, é o Alto Minho, e neste momento como há responsabilidades supramunicipais é evidente que o Partido Socialista tenta lavar a cara, porque é isso que está a tentar fazer com esta moção. Aliás, nem se percebe como não sentiram pejo algum em escrever aquilo que ali escreveram, já para não dizer as deliberações que pretendem com a moção. Quanto a censurar a ADAM, estamos falados, disse. Quem não a quis censurar há seis meses, ou não antevê, ou acredita demasiado, ou está completamente descontextualizado.

Continuou dizendo que “recomendar à Câmara que possa atuar”, é ignorar conferência de imprensa dada pelos presidentes de Câmara dos municípios que integram a AdAM. A recomendação de “puxão de orelhas”, é exatamente a mesma que ali foi feita em junho de 2020. O conselho que a CDU dá, já não é para aos eleitos do Partido Socialista; vai sim para população do Concelho de Caminha para que vejam a Assembleia Municipal de junho de 2020, e nesse momento vão perceber que o discurso do Presidente da Câmara Municipal de Caminha foi exatamente o mesmo da conferência de imprensa que aconteceu este mês. Acrescentou o eleito da CDU mais uma pequena particularidade que foi o facto da CDU ter chamado à atenção, em setembro e em dezembro últimos, que o Presidente da Câmara tinha dito que “se os problemas



Assembleia Municipal de Caminha

persistissem não saberia onde meter a cara”. Passaram mais seis meses, e todos sabemos muito bem onde afinal põe a cara. Põe nos seus eleitos, naqueles que escreverem esta moção. Por isso, ir à Assembleia Municipal para a aprovar, não faz sentido.

Por último, disse o Senhor Deputado, não podem de forma alguma aceitar, e nem entendem aquilo que os promotores da moção querem dizer ao “Recomendar que sendo esta uma parceria 100% pública, e de modo a evitar que a agenda escondida dos críticos que esperam a implosão da ADAM para abrir caminho à privatização da água...”. Quem acredita nisto, questionou. Quem acredita que é pela implosão da ADAM que se vai privatizar a água. O caminho da concentração do monopólio da água, esse sim, mesmo que tenha por detrás a esfera pública, esse sim é que leva à privatização. E sabem disso, porque se não o sabiam tiveram ali eleitos municipais que alertaram para isso. Mas a CDU também sabe que o PS se julga acima da própria população. Por isso apela, a CDU, muitas vezes ao bom senso no uso das maiorias, já que este é um argumento que recursivamente tem sido utilizado pelo Partido Socialista, ou seja, nas palavras do PS “temos a maioria, decidimos”. A população do Concelho de Caminha deu-lhes a maioria, é verdade, e a CDU não tem outro caminho que não seja o de aceitar aquilo que a maioria decide, mas, já avisaram mais do que uma vez, e vão voltar a avisar hoje. População alguma do Concelho de Caminha deu qualquer salvo-conduto ao Partido Socialista.

Terminou antecipando a defesa que a CDU fará ainda nesta assembleia sobre a matéria, lembrando que sobre a decisão de constituição da AdAM não estava o Partido Socialista sufragado para o efeito. Recordou, para isso, o programa eleitoral do PS e desafiou os eleitos do partido socialista a nele encontrarem a solução que decidiram para a água. Portanto, disse, não usem mais a população de Caminha para justificar aquelas que são as vossas ações partidárias, porque é disso que se trata neste momento, nesta moção.

Face ao exposto afirmou que logicamente votariam contra.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse quanto à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, que a posição da CDU nesta matéria e a coerência com que faz as suas intervenções é louvável, quando diz que a ADAM foi criada apenas com o voto do Partido Socialista a entrada do Município de Caminha, tem toda a razão, mas, o Partido Socialista não se esconde daquilo que fez, e se o fizeram e votaram favoravelmente, foi porque acreditavam e ainda acreditam que as razões que levaram à criação desta empresa são válidas. O Senhor Deputado sabe muito bem os problemas que o Município de Caminha defrontava nesta questão das águas, recorda a dívida monstruosa que havia em relação a este tema, por isso pergunta ao Senhor Deputado, como se sente ao estar lado a lado com o PSD? Um partido que quando esteve na Câmara Municipal, deixou de pagar água durante anos, contribuindo para a degradação do sistema municipal. Como se sente por estar ao lado do PSD, um partido que quer com toda a sua força que a ADAM termine, que publica faturas com erros e faz fotomontagens insultuosas não para a ADAM, não contra a ADAM, mas, contra o Presidente da Câmara de Caminha. O PSD está á espreita da privatização da água, sim, atípico dos partidos da direita, e isso, Senhor Deputado Carlos Videira quando diz que nem todas as pessoas do PSD estão contra a ADAM, a ADAM é constituída por Municípios liderados pelo PSD, o Senhor acha que alguém no seu juízo perfeito iria meter o seu Município numa alhada destas, se os Presidentes da Câmara se não acreditassem piamente naquilo que estavam a fazer, iriam meter os seus Municípios nesta situação que agora se está a viver. Quando diz que a privatização da água ninguém a quer, também dizia o PSD em relação aos CTT e EDP, e aquilo que aconteceu, foram privatizados. Por quem? Pelo PSD. Logo, os Senhores Deputados do Partido Socialista não se escondem, os Deputados do Partido Socialista legitimaram a entrada na ADAM, e estão ali para dar a cara, mas, nem tudo aquilo que neste momento está a circular é



Assembleia Municipal de Caminha

verdade, existem formas e formas de fazer politica, e estão convencidos que se os problemas da faturação, do atendimento se resolverem, as coisas vão melhorar, e pergunta aos Senhores Presidentes de Junta ali presentes, se em relação ao serviço prestado pela ADAM, relativamente a problemas de ruturas de rede, se as coisas nessa matéria melhoraram ou não melhoraram, digam os Senhores? Porque os Senhores podem ali confirmar melhor que ninguém se nessa matéria se as coisas melhoraram ou não. Disse ainda a Senhora Deputada que aqueles que aprovaram a entrada do município na ADAM são tão munícipes quanto os outros, porque, também pagam as faturas e também são prejudicados e estão ali. E, reitera que acreditam que irá melhorar, mas, se não melhorar também ali estarão para assumir a culpa e dar razão aos Senhores Deputados.

O Senhor Deputado Carlos Videira, disse á Senhora Deputada Paula Aldeia, que sabe que nem todos estão contra a ADAM. Sei que há pessoas que estão a favor e que estão a favor porque acreditam verdadeiramente que essa é a melhor solução. Mas não admito que digam que aqueles que estão contra a ADAM têm interesses mesquinhos ou eleitoralistas. Seja da parte do PSD, da CDU, do Bloco de Esquerda, que acaba de apresentar um projeto de resolução na Assembleia da República, ou de qualquer outro partido.

Há pessoas que estão a favor, pessoas, inclusive do Partido Social Democrata, que têm essa convicção, divergimos delas no concelho de Caminha, mas isso não quer dizer que haja interesses mesquinhos. Era bom que não utilizássemos estes termos para qualificar quem está numa posição que não é a nossa.

E depois falamos daquilo que é o passado. Trazemos os fantasmas do passado para disfarçar os problemas do presente. Vamos ser claros: até 2018, no que respeita à responsabilidade pelo processo de gestão dos sistemas de água e saneamento, há que ter a honestidade de assumir que há



Assembleia Municipal de Caminha

responsabilidades partilhadas pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata.

Aliás, como bem recordou o deputado Celestino Ribeiro nesta Assembleia Municipal em 2018, "o que se passa é que na década de 90, a Câmara de Caminha tinha duas possibilidades. Ou investia na rede de águas, ou vendia o sistema em alta, como se veio a verificar, a uma empresa na qual também entrava o município. Contas fáceis para o PS de então que iniciou o abandono do setor, já na altura com algumas provas de ineficácia do sistema."

Mas independentemente das responsabilidades do Partido Socialista na década de 90 e do Partido Social Democrata no período de 2001 a 2013, a verdade é que o atual Executivo, conhecedor do estado do sistema de águas à data da aprovação do contrato de parceria, em 2018, prometeu que a ADAM seria a resolução de todos os problemas. E não está a ser.

Nessa ocasião, a deputada Paula Aldeia também referiu o seguinte: "A água vai aumentar? Isso é inevitável, mas não da forma como alguns pretendem fazer acreditar." Mas foi isso que aconteceu. Os valores cobrados são absurdos.

E é isso que motiva a indignação das pessoas ao ponto de, ao dia de hoje, haver uma petição com mais de 10 000 assinaturas na internet. Não é uma questão partidária.

E ainda relativamente à privatização. Senhora Deputada, tem uma oportunidade para comprometer o PSD. Na recomendação que vamos apresentar, dizemos claramente que não queremos a privatização nem qualquer parceria público-privada. Comprometa-nos, aprove a nossa moção.

E há outra questão: nós também perdemos capacidade de escrutínio. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caminha tem aludido várias vezes à pressão que tem exercido nas reuniões informais e nas reuniões formais com o Conselho de Administração da ADAM. Honestamente, não duvido que o faça, não duvido que o faça da melhor maneira que sabe e que pode. Mas como deputado da oposição, não tenho capacidade de escrutínio sobre a atuação do



Assembleia Municipal de Caminha

Presidente da Câmara porque não sei o que acontece nessas reuniões, pela natureza do modelo adotado. Tenho que acreditar nele e acredito. Mas depois tenho que avaliar os resultados. E esses não são bons.

Protelar esta situação por mais meses é aumentar as dificuldades na vida das pessoas por mais tempo e acho que nenhum de nós quer isso.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que apenas toma a palavra, porque foi questionado diretamente. E, disse à Senhora Deputada Paula Aldeia, que ele não tem que se sentir bem ou mal, quando as pessoas o acompanham, no limite quem vier por bem é sempre bem-vindo. Como sabe a CDU, e ainda ali hoje ficou provado, não só a partir de 2018, mas muito antes, foi chamando à atenção para esta questão da água. Como disse e muito bem o Senhor Deputado Carlos Videira que já alertavam para a situação quando o Partido Socialista decidiu ceder então o sistema em alta na década de 90, o que foi uma solução fácil. E julga, Senhora Deputada que não é justo, não é correto, não é coerente, que os valorize pela coerência mesmo que não simpatize com a coerência deles, sobretudo por aquilo que defendem, e depois venha ali dizer que andam ao reboque de outros partidos. A CDU não anda ao reboque de ninguém, mas, volta a insistir exatamente no mesmo ponto que refere relativamente a outros partidos que encontraram na CDU o rumo certo para defenderem aquilo que é justo para as populações. Era exatamente na mesma linha que gostava de ver o Partido Socialista, porque ir ali reconhecer que dá a cara, mas que aposta na continuidade, isso não faz muito sentido. Julga mesmo a CDU que isso é tentar passar um atestado de minoridade aos munícipes do Concelho de Caminha. É tentar fazer deles uso de um pensamento muito pequeno e é acima de tudo tentar esconder uma outra agenda que todos, mais tarde ou mais cedo, irão descobrir.

Disse.



Assembleia Municipal de Caminha

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs a Moção para votação, a qual foi aprovada por 20 votos a favor, 12 abstenções e 2 votos contra.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, leu a moção “Reversão dos Serviços prestados pelas Águas do Alto Minho (ADAM);

“A empresa Águas do Alto-Minho (ADAM) iniciou atividade em janeiro de 2020, constituindo-se como uma sociedade anónima detida pelos acionistas Águas de Portugal SPGS (maioritário) e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Foram transferidos para esta empresa os serviços municipalizados de saneamento básico dos vários municípios, nomeadamente os de Caminha, ação que permitiu o avanço de irreparáveis prejuízos para os munícipes abrangidos. A agregação dos sistemas municipais de águas provocou elevados aumentos das tarifas de água, originou o aparecimento de erros graves na atribuição de consumos de água e a constante sobrevalorização dos montantes a pagar por estimativa, gerou cobranças indevidas de taxas de saneamento, promoveu um serviço de atendimento ineficaz, o que se afigura como inaceitável para os cidadãos que não têm qualquer responsabilidade.

A inação e ausência de respostas, que colocam em causa a economia e saúde familiar nos munícipes do Concelho de Caminha, num momento de aflição e necessidade das famílias, único e sem precedentes (Covid-19), são inaceitáveis.

A empresa Águas do Alto-Minho (ADAM) foi criada, com o município de Caminha, apenas com o voto dos eleitos do partido que sustenta o executivo camarário, ao arrepia de toda a representação dos munícipes.

Mais se acrescenta que esta decisão não foi sufragada pelos munícipes do Concelho de Caminha já que não constava do programa eleitoral do Partido que, em Caminha, apoiou a criação desta empresa.



Assembleia Municipal de Caminha

O Grupo municipal da CDU, propõe que a Assembleia Municipal de Caminha, na sua Sessão Ordinária, realizada no dia 26 de fevereiro de 2021, delibere solicitar ao Executivo da Câmara Municipal a tomada de medidas que garantam:

- 1 – Reversão da Gestão da Água e Saneamento ao Município de Caminha;
- 2 – Retorno de todos os montantes cobrados indevidamente e em excesso a todos os consumidores num prazo máximo de 2 meses;
- 3 – Uma política de preços e tarifas que assegurem a todos o acesso à Água e Saneamento em condições de igualdade e que não penalize ainda mais as famílias e as populações.”

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse que esta matéria da água já ali foi debatida várias vezes, e o Senhor Deputado da CDU referiu que houve uma reunião em junho em que esta matéria debatida e que dois Presidentes de Junta foram ali defender o modelo, mas, não a empresa. Seria bom, que vissem a gravação dessa reunião, e ouvissem aquilo que ele disse sobre esta matéria, e nesse momento da intervenção que fez lamentou e condenou situações que estavam a acontecer, mas, continua a dizer que acredita no modelo, a gestão está errada, quem geriu e está a gerir, está a fazer um mal trabalho e terá que assumir as consequências. E, por isso, lamenta profundamente os erros de faturação, o sofrimento provocado às pessoas, a indignação que provoca e condena, porque todos sofrem com isso. No entanto, continua a dizer que o modelo está correto, a gestão da empresa está errada, e quando uma gestão de uma empresa está errada tem que melhorar, não é acabar com a empresa pública e com o modelo. E, o modelo que ali tem é o mesmo que foi aprovado em sete Assembleia Municipais, de várias cores



Assembleia Municipal de Caminha

políticas, que consideram que as suas Câmaras Municipais, as suas Assembleias e população em conjunto com Águas de Portugal podem gerir a sua água. E, aquilo que se tinha era um modelo que não servia, e esta matéria não é para levantar fantasmas do passado, é que o passado da água e a gestão da água, provocou dívida, e houve situações no território que não tiveram o devido acompanhamento, e os sete municípios entenderam que não tinham capacidade per si de gerir a água de fazer os investimentos que eram necessários, e existe uma obrigatoriedade de haver escala, e acredita que este é o modelo, um modelo de junção de Municípios, numa empresa pública de gerir água, essas situações de diferenças que os podem separar são legítimas, em democracia há diferentes caminhos, ou seja, existe o caminho de quem defende que tudo deveria ficar com o Município com os problemas que se tinham, da dívida que se tinha, e o Município de Caminha há longos anos que se fala da dívida que tem, e não se pode continuar com soluções que traga mais dívida, tem que haver um virar da página. Disse ainda o Senhor Presidente da Junta, que há 11 anos que está na Assembleia Municipal e sempre ouviu falar de dívida de água, e esta dívida está a retirar a possibilidade de se crescer enquanto Concelho, e esta é uma solução para a água, mas, tem que se corrigir o modelo de gestão, e convínhamos, não é preciso acabar com uma empresa por haver problemas de gestão. E, terá que se dizer aos acionistas que ponham cobro a isto, porque as pessoas tem que ter faturação que confiem e a empresa tem que apostar na credibilidade, mas, o modelo é este, o Município não tem mais capacidade para ficar com a água, e para o futuro tem que se estar junto num modelo e numa empresa que funcione bem, logo, é isso que o faz discordar da moção ali apresentada, e acredita que todos os Municípios juntos podem gerir e servir melhor a população nesta questão da água, e reitera que sozinhos não tem capacidade para servir e gerir melhor o nosso território.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse que está ali para dar a cara, foi um dos Presidentes de Junta que votou aquele modelo favoravelmente, e continuará ao lado do Senhor Presidente das Câmara e do seu executivo, porque é neste modelo que acredita. E, disse que o modelo que existia, era um modelo que trazia milhões de euros de prejuízo ao Concelho de Caminha, e nunca ninguém se preocupou em alterar; o modelo que se tinha era um modelo em que as Freguesias não tinham água, estavam três e quatro dias sem abastecimento de água, e neste momento ainda existem freguesias do Concelho sem água ao domicilio, se é este o modelo que se pretende, terão que regressar ao passado, mas, todos tem que pensar no futuro e administrativamente a empresa falhou, ninguém está contente. Agora, no terreno as condições melhoraram, e para quem vive em Riba de Âncora sabe que se estava dois, três dias à espera para que a água fosse reposta nas torneiras, mas, neste momento a empresa faz o seu trabalho de dia ou de noite, e está ali uma pessoa que o pode afirmar, pois ainda há pouco tempo atrás esteve lá um camião dos bombeiros a reabastecer o depósito de água em Riba de Âncora e estavam lá três homens da empresa e já eram duas ou três horas da manhã, e no passado isso não acontecia, tem que se condenar a gestão, mas, sendo corrigido esse problema de faturação, este modelo irá trazer uma mais valia para o Concelho de Caminha, e o Concelho vai deixar de ter um prejuízo de milhões de euros por causa da gestão da água e Senhores Deputados vamos ter um pouco de paciência e bom senso.

Obrigado.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que como referiu ali o Senhor Presidente da Junta de Caminha e o Senhor Presidente de Junta de Riba de



Assembleia Municipal de Caminha

Âncora, e também os Deputados do Partido Socialista voltam a frisar que concordam em tudo que há para criticar na ADAM, as faturas, os erros, a administração, a má gestão, mas, voltam a dizer que acreditam no projeto em si, e acreditam piamente que se este problema de faturação e de atendimento for resolvido as coisas irão encaminhar-se da melhor forma. Falar em reversão deste contrato neste momento é impensável, e é por essa razão que irão votar contra a moção ali apresentada pela CDU.

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse que era estranho e de difícil compreensão. É difícil entender, disse, que alguém consiga encontrar todos os defeitos numa empresa que é quem personaliza este modelo e continue a defender exatamente a empresa pela via de defender o modelo. Os munícipes do Concelho de Caminha estão esclarecidos, estão a assistir a partir de casa e compreendem muito bem esta lavagem de cara que o Partido Socialista está a querer fazer. Como é que conseguem defender uma empresa não a defendendo, só porque está a personalizar um modelo que hipoteticamente defendem? Porque aquilo que hoje ali se ouviu já se ouviu anteriormente pela voz do Partido Socialista. Um modelo diferente defendeu a CDU em tempo útil. Quando o executivo camarário levou pela primeira vez ali esta proposta de constituição da AdAM, que a CDU negou de imediato e apelou a não seguirem essa via de integrar um consórcio, uma empresa onde os municípios serão minoritários. Disse a CDU ser mais vantajoso a agregação dos municípios, fazendo uma associação de municípios, ganhando escala para concorrerem aos fundos comunitários. Foi isso que a CDU defendeu. Dessa forma os municípios seriam majoritários e, por isso, senhores das suas decisões. Mas não foi isso que o Partido Socialista e a Câmara Municipal quiseram, e contaram com os eleitos socialistas e alguns Presidentes de Junta para acompanharem a má decisão do PS. Por isso é incompreensível que o PS venha hoje a esta assembleia dizer que defendem este modelo, mas ao mesmo tempo não defendem a prática deste mesmo modelo, porque afinal



Assembleia Municipal de Caminha

aquilo que ali foram dizer é que veem o futuro da água com os Municípios unidos a mandarem na sua própria água, só que não é o que está a acontecer. Os Municípios são minoritários, no modelo que dizem que defendem, e acham que é exatamente nesse modelo que as populações se reveem. O Senhor Deputado insiste porque não consegue compreender, como conseguem criticar de fio a pavio esta empresa, identificando todos os erros da AdAM, que não sabe gerir, que não estava preparada, etc, mas, acima de tudo, o PS continua a defendê-la. E, acrescentou, olhar para os modelos anteriores e dizer que se mudaram porque não serviam, mas agora testemunhar que o atual não serve, mas não se muda é igualmente incompreensível.

Disse ainda que existe algo que é preocupante, e para o qual não contarão com a CDU. É que em modelo anterior podiam haver problemas ao nível dos recursos humanos, mas não dos seus trabalhadores. Vir ali dizer que agora há homens, o que quererá isto dizer? Que os homens e mulheres que estavam a trabalhar no Município não eram gente capaz, não era gente que se dedicava ao seu trabalho, com o mesmo afinco? Provavelmente não teriam os mesmos meios, o que acredita, mas não é muito agradável que para defender esta empresa vão ali deixar no ar que eventualmente a capacidade de trabalho dos trabalhadores do Município de Caminha não era eficaz.

Disse.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga, disse que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, foi ali lançar mais uma polémica, e não disse que os funcionários da empresa, ou, os funcionários da Câmara de Caminha trabalhavam mal, no entanto, está ali alguém que quando acontecia ao sábado uma fuga e era solicitado o serviço para a reparação, respondiam que iam ver se arranjavam alguém, isto num sábado de dia, não há noite, não está a dizer que não trabalhavam, está a dizer que não havia, e os problemas não se resolviam, é muito diferente daquilo que o Senhor Deputado ali foi dizer, porque isso é que é aproveitamento político, ao



Assembleia Municipal de Caminha

dizer que vai ali alguém dizer aquilo que não disse. Não havia uma solução rápida para resolver os problemas quando surgiam.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que vai esclarecer ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro que o modelo pelo qual ele acredita é a agregação dos Municípios com as Águas de Portugal, foi esse modelo que ele ali referiu, com o *Know-how* das Câmaras com as Águas de Portugal, formar uma empresa pública que possa gerir as águas do nosso Concelho, logo, é neste modelo que acredita.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs a Moção para votação, a qual foi rejeitada por 20 votos contra, 1 abstenções e 13 votos a favor.

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, leu a recomendação;

“Apesar da gravidade da pandemia, a centralidade das preocupações da população do concelho de Caminha foi capturada pelos erros de faturação, pelas insuficiências no atendimento, pela incompetência e insensibilidade demonstrada pelas Águas do Alto Minho na relação com os seus clientes.

Durante as últimas semanas, os concelhos do Alto Minho foram notícia pela concentração de dezenas de pessoas que fizeram fila à porta das ADAM em protesto, contestando os valores cobrados na conta da água.

Se havia um momento em que era absolutamente indispensável proteger as pessoas de um acréscimo de ansiedade e de problemas nas suas vidas, esse momento era este. Os elevados números de contágios fazem com que todos apelemos ao confinamento, mas o mesmo torna-se impraticável quando o atendimento não é assegurado pelas entidades que têm obrigação de dar respostas e esclarecimentos pelo seu desempenho. As famílias que vivem preocupadas com a perda de rendimentos e a insegurança dos seus postos de trabalho, devido ao encerramento de várias áreas de atividade, vêm-se



Assembleia Municipal de Caminha

simultaneamente confrontadas com um acréscimo de despesa absurdo à qual não sabem como fazer face.

A lista de erros é interminável: ruturas no abastecimento, incapacidade de resposta no atendimento telefónico, atendimento presencial limitado, falta de recursos humanos para dar resposta às inúmeras solicitações, envio sistemático de faturas cumulativas em poucos dias, aumento exacerbado das tarifas de águas, valores impraticáveis de litros consumidos, valores desproporcionais de água e saneamento, aumento exponencial dos escalões de consumo, estimativas incorretas, erros grosseiros de leitura, referências de pagamento inválidas, prazos limite ultrapassados antes da receção das faturas em casa, testemunhos desesperados de tentativas de cancelamento de débito direto para evitar a transferência do valor das faturas antes dos devidos esclarecimentos.

A constituição das ADAM foi recentemente justificada, na conferência de imprensa conjunta dos sete presidentes dos municípios acionistas da empresa, com o objetivo de melhorar a vida dos cidadãos, criar novas oportunidades, garantir a qualidade da água e contribuir para a sustentabilidade do meio ambiente, sem onerar as pessoas para além daquilo que é razoável.

Hoje, mais de um ano depois da sua constituição, a vida das pessoas não melhorou, não se vislumbra um caminho para as oportunidades prometidas e os restantes objetivos estão a ser ou serão suportados com o recurso ao bolso dos contribuintes, cobranças retroativas e serviços deploráveis, seja do ponto de vista operacional ou administrativo.

Os acontecimentos recentes provam que a empresarialização da água retira capacidade de decisão ao Município. Hoje, a Câmara Municipal de Caminha tem poderes mínimos sobre a fixação do preço da água, sobre o valor das taxas e o valor das tarifas, sobre os investimentos, sobre a prestação do serviço e sobre as faturas amarelas que chegaram diariamente às nossas casas.



Assembleia Municipal de Caminha

A credibilidade das ADAM está ferida de morte e não resta outro caminho que não seja o da exposição do fracasso à tutela e às entidades reguladoras, criando condições para a reversão do contrato de parceria e um regresso do serviço à esfera municipal em condições de discriminação positiva, nomeadamente no que diz respeito ao acesso aos fundos comunitários nesta área, avaliando a possibilidade de constituição de uma associação entre municípios para os mesmos fins, de modo a que sejam realizados os investimentos necessários à melhoria dos serviços de água e saneamento. O regresso à esfera municipal implica, igualmente, a rejeição de qualquer solução de privatização ou parceria público-privada da gestão dos sistemas de água e saneamento.

Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Caminha, reunida a 26 de fevereiro de 2021, recomenda a resolução do contrato de parceria com as Águas de Portugal e o regresso do serviço à esfera da Câmara Municipal de Caminha.”

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que concordam na essência dos erros, estão de acordo em como todos eles são censuráveis, não há como escapar a essa realidade, mas, volta a insistir, como se pode falar neste momento em reversão, isso, é impossível. E, pergunta! Em caso de haver uma reversão da parceria, quanto é que o PSD estaria disposto a legitimar para pagar as indemnizações que iria pressupor para o Município de Caminha, 5, 10, 20 milhões de euros. E, como o Município iria pagar esse valor, ao subir mais os impostos e a tarifa da água, porque tem que se pensar em todas as consequências que isso poderá acarretar. Mas, se as coisas não entrarem nos seus eixos, aí sim, todos unidos terão que arranjar uma solução, mas, agora acreditam que esta empresa vai dar a volta e satisfazer todos os munícipes.

Para terminar, disse a Senhora Deputada que muitas faturas chegaram atrasadas e fora do prazo de validade, mas, como muito bem referiu a situação pandémica a isso levou, como por exemplo, os CTT de Caminha tiveram um surto e levou a que a distribuição do correio se atrasa-se, não se trata de uma



Assembleia Municipal de Caminha

desculpa, porque ela também é munícipe de Caminha, paga faturas de água e também foi prejudicada. No entanto, acredita que ultrapassado este problema de gestão, haverá uma empresa a trabalhar para os munícipes de Caminha.

E, disse ainda que o voto do Partido Socialista irá contra a recomendação do PSD, apenas pela questão da reversão.

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, disse que a Senhora Deputada Paula Aldeia lhe faz uma pergunta à qual o Partido Socialista não foi capaz de responder no seu programa eleitoral para 2017 relativamente à forma como gerir a questão dos serviços de água e saneamento no Concelho de Caminha. Mas há uma pergunta que é relevante que é para onde está a ir todo este dinheiro que os munícipes do Concelho de Caminha estão a ser convocados para pagar. Nós não sabemos neste momento.

E há outra questão que também é muito importante. Hoje em dia, a ADAM anuncia que reforça atendimento, que reforça recursos humanos. E reforça como? Com recurso aquilo que toda a gente diz criticar, com recurso ao outsourcing, com recurso à terciarização. Isto é que é abrir caminho para a privatização das águas. E isto é aquilo que não queremos e deixamos bem claro na nossa recomendação.

Sem dúvida que as Águas de Portugal são um parceiro importante, demasiado importante neste caso porque têm 51% no contrato de parceria. São um parceiro importante porque são a maior empresa de águas no nosso país. Têm o monopólio. Mas não é a melhor empresa no sentido de ter um desempenho fora do comum.

Aliás, o relatório de 2019 da entidade reguladora refere que o desperdício de água em Portugal foi de 188 mil milhões de litros. É o equivalente a 94 mil piscinas olímpicas. E a maior empresa em Portugal também tem responsabilidades nestes números e nestas perdas.

Até podemos acreditar que o modelo é bom. Mas um modelo bom que funciona mal é um modelo que pode continuar?



Assembleia Municipal de Caminha

A Senhora Deputada Paula Aldeia disse duas vezes que falar em reversão é impensável, falar em reversão é impossível. Não é. Os senhores presidentes, dos municípios no dia 17 de fevereiro disseram: “podemos ter que voltar a uma casa onde já fomos felizes, a nossa casa”. Também disseram que a ADAM tem a tolerância adicional de uma fatura.

Não é impensável voltar à esfera municipal, não é impossível. A acreditar nas palavras dos sete municípios podemos estar a uma fatura de voltar à casa onde já fomos felizes.

Acredito que toda a gente esteja empenhada em resolver problemas. Falta saber se não estaremos a resolver problemas criando outros que possam ainda ser maiores.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs a Recomendação para votação, a qual foi rejeitada por 20 votos contra, 1 abstenções e 13 votos a favor.

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes que nos seguem de casa e Comunicação social, e de seguida leu a recomendação à Câmara Municipal;

O Partido Socialista tem vindo ao longo dos últimos anos a alertar para a questão da prospeção e exploração de lítio na Serra D'Arga e as suas nefastas consequências não só para o bloco maciço da nossa Serra D'Arga, mas também para o território das freguesias confinantes, a bacia hidrográfica do Coura/Minho e do Âncora.

Bem sabendo que esta autarquia, por diversas vezes, sob gestão do executivo liderado pelo Presidente Miguel Alves, teve sempre uma posição claramente assumida contra a exploração de lítio na Serra D'Arga, não poderemos deixar



Assembleia Municipal de Caminha

de, nesta oportunidade, fazer uma breve resenha histórica e consequentemente tirar conclusões e proceder a uma recomendação.

Assim, tendo-nos sido dado a conhecer a posição desta Câmara Municipal ao longo do último mandato que, por mais de uma vez, a Câmara foi notificada pelo Estado português relativamente a pareceres a dar sobre prospeção de minerais e de lítio em particular na Serra d'Arga; tendo sido registado um em novembro de 2016, outro em fevereiro de 2017, outro em maio desse ano e um outro em outubro de 2018, a Câmara Municipal sempre deu o seu parecer negativo.

Também nos foi dado a conhecer que em finais de 2020, no âmbito da discussão pública do projeto de decreto-lei que procede à regulamentação da lei 54/2015, de 22 de junho, no que respeita aos depósitos minerais, a Câmara Municipal propôs alterações significativas ao diploma, manifestando, uma vez mais, a sua oposição quanto à forma como o Governo pretende implementar a referida lei, referindo, uma vez mais, a sua oposição quanto à prospeção e exploração de lítio na Serra D'Arga.

A par de todo este trabalho desenvolvido, os municípios de Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo trabalharam em conjunto no projeto "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora", cujo objetivo é fazer com que a Serra d'Arga se torne uma referência da paisagem portuguesa, nos domínios dos valores naturais e culturais, através da qualificação, proteção e promoção da sua singularidade paisagística, respeitando a identidade do lugar e a ancestral simbiose entre o homem e a natureza.

Nesta mesma senda, de proteção e classificação da Serra D'Arga, o Município de Caminha, conjuntamente com os Municípios de Viana do Castelo, Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira, estão a apostar na criação da Área de Paisagem Protegida Regional da Serra d'Arga.

Momento importante para a proteção cultural e da identidade da Serra D'Arga foi bem demonstrativo quando o País elegeu a Romaria de São João D'Arga como uma das 7 Maravilhas da Cultura Popular. Mais uma vez, atribuindo um



Assembleia Municipal de Caminha

significado etéreo a toda aquela zona que envolve o Mosteiro de São João D'Arga, classificado como Monumento Nacional.

Neste esforço global, não poderemos deixar de referir a importância que as nossas juntas de freguesia, em especial a Junta da União das Freguesias das Argas, a Junta de Freguesia de Dem, a Junta de Freguesia de Gondar e Orbacém, e todos os movimentos da sociedade civil que têm pugnado pela defesa e conservação do nosso património que é a Serra D'Arga, em especial o Movimento SOS Serra D'Arga, a quem já recebemos nesta Assembleia Municipal, têm feito e desenvolvido.

Nestes termos, e com base nos fundamentos supra invocados, **RECOMENDAMOS** que:

1. A Câmara Municipal de Caminha adote todas as medidas necessárias para travar os propósitos de prospeção e exploração de lítio na Serra D'Arga;
2. A Câmara Municipal de Caminha possa, junto dos municípios de Viana do Castelo, Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira, acelerar os procedimentos para a criação da Associação de Municípios da Serra D'Arga tendo em vista a criação da Área de Paisagem Protegida de Interesse Regional da Serra D'Arga;
3. A Câmara Municipal de Caminha possa mobilizar as associações cívicas e ambientais, as autarquias da Serra D'Arga, bem como a população em geral, no sentido de defender os valores materiais e patrimoniais da Serra D'Arga, como fator de desenvolvimento e bem-estar.

Da presente recomendação, deverá ser dada conhecimento:

1. Aos digníssimos Presidentes de Câmara Municipal do Distrito de Viana do Castelo;
2. Aos digníssimos Presidentes de Junta que fazem parte do perímetro proposto para a Área Protegida de Interesse Regional da Serra D'Arga e,
3. A Sua Excelência o Ministro do Ambiente e da Ação Climática.

Caminha, 26.02.2021.

Os eleitos à Assembleia Municipal de Caminha, pelo Partido Socialista.”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que apenas faz ali um pedido, se assim os proponentes o entenderem, porque, esta é uma matéria que os une e julga que todos os munícipes do Concelho de Caminha. E, este é um órgão deliberativo e a Câmara Municipal é um órgão colegial, a qual tem à cabeça o seu presidente, mas, personalizar nesta recomendação o Presidente da Câmara parece-lhes excessivo, e seria mais correto no entendimento da CDU que fosse alterado quer no ponto 1, 2, 3, em vez de ser “O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha” para “A Câmara Municipal de Caminha”, até porque a Câmara tem os seus Vereadores, não só do executivo, mas, também da oposição, que se estiverem unidos nesta batalha será sempre muito mais vantajoso para o Concelho de Caminha e para o sucesso que esta recomendação procura, e assim, se julgassem pertinente fazer esta alteração para “A Câmara Municipal de Caminha” em vez de “O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha”, e a CDU vota favoravelmente.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que como ali referiu e bem o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, esta é uma das matérias que não os divide. E, como Presidente de uma Junta que não faz parte do perímetro da Serra D’Arga, do qual gosta muito como os seus fregueses da Serra D’Arga. Este, é um património de todos, é histórico, ambiental e de biodiversidade, e não quer que seja ali feito algo que ponha em causa este património. Acredita num Concelho que tem um caminho da valorização do seu território, por muitas novas teorias que possa haver sobre as questões energéticas, as quais compreende, mas, o Concelho tem um destino e seria incompreensível estragar uma pedra angular do desenvolvimento do Concelho, logo, está ao lado da Serra D’Arga, das Câmaras Municipais, na proteção deste património. No entanto, se houver alguma dúvida dos Governantes, do Partido Socialista que queira aprovar uma matéria para a Serra D’Arga podem contar com a sua total oposição.



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que o Partido Socialista aceita as recomendações da CDU, quanto à redação destes três pontos, alterando então do “Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha”, para “A Câmara Municipal de Caminha

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs a Recomendação para votação com as alterações ali propostas, a qual foi aprovada por 33 votos a favor e 1 voto contra.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, faz a declaração de voto. E, disse que votou contra porque ainda há pouco estiveram ali a discutir uma questão das águas e o Senhor Presidente da Câmara era o representante do Município, e numa questão que traz visibilidade ao Presidente da Câmara, deixa de ser o representante do Município e vão englobar todos os eleitos do Município, e por isso, não pode estar de acordo com essa alteração.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, faz declaração de voto. E, disse que a CDU nunca foi contra que se conhecesse aquele que é o potencial que o território nacional tem. No entanto, entende no que diz respeito à Serra D’Arga o volume de prospeção já feito é mais que suficiente para se conhecer aquilo que se tem no território, razão pela qual votam favoravelmente.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que hoje havia ali muita matéria para ser abordada, mas, muita já se falou relativamente à água. E, ainda relativamente á água, disse que se perdeu uma oportunidade de hoje traçar um novo caminho, um novo rumo e dizer que afinal no Concelho de Caminha as pessoas ainda têm capacidade de decidir sobre aqueles que são os seus recursos e, sobretudo, um recurso que é essencial à vida que é a água. Deixa ainda duas notas relativamente à discussão que ali houve sobre essa matéria. A primeira sobre os milhões que seriam necessários para reverter este processo da Águas do Alto Minho. A CDU alertou, pediu ponderação para que essa matéria fosse bem pensada antes de se entrar neste negócio e foi pena que a pressa tivesse sido inimiga da melhor ponderação.

Disse ainda que há pouco não pediu a palavra, para não prejudicar o tempo de debate, mas, gostava de agradecer ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga, que apesar desta aspereza que é característico dele, entendendo isso na perfeição e até o aprecia a sua forma mais firme de se pronunciar, mas, agradecer porque ele clarificou aos munícipes do Concelho de Caminha e esta Assembleia que de facto a CDU não levanta polémicas, não o consegue fazer, pelo menos não tão bem quanto ele que foi ali levantar uma polémica, fazendo bem esse serviço.

Disse ainda o Senhor Deputado que a CDU tem estado atenta a esta situação de pandemia e confinamento, porque este confinamento tem sido muito mais agressivo e drástico para o País inteiro e em particular para o Concelho de Caminha. É justo reconhecer aquele que tem sido o envolvimento de quem tem que estar no terreno, com preocupações de saúde, de proteção das populações, mas, também, com a preocupação de dar alguma atenção às famílias e em particular às crianças e jovens do nosso Concelho. E reconhece por isso o papel tido pela Câmara e Juntas de Freguesia, pelas forças de segurança e outros, neste cenário que se está a viver, reconhecendo de forma



Assembleia Municipal de Caminha

particular aqueles que são os educadores e professores e no bom trabalho que existe de articulação com o Município de Caminha. Este é um reconhecimento justo que a CDU pretende fazer ali na Assembleia enquanto órgão deliberativo e órgão máximo do Concelho de Caminha, atento áquilo que vai acontecendo no Concelho de Caminha. E seria bom que toda a gente compreendesse que esta situação de confinamento é bem mais grave do que aquela que se viveu em março, abril de 2020, e que as situações que hoje temos no meio escolar são bem mais difíceis e bem mais dramáticas do que aquelas que se tinham. Seria bom até que o Senhor Presidente de Câmara pudesse trazer em números daquele que tem sido o exercício da própria Câmara Municipal no apoio e no socorro a muitas das situações para garantir que as crianças e os jovens em conjunto com o Agrupamento de Escolas continuem a aprender e a crescer no pouco tempo de ar livre que vão tendo. Só um dia, bem mais tarde, se irá reconhecer que eles têm sido os verdadeiros heróis, porque é incrível como um adolescente pode crescer numa situação de pandemia. Mas a verdade é que eles estão a crescer, mas não sabemos com que marcas para o futuro. Era também importante perceber se a Câmara tem planos para este próximo desconfinamento; não o plano nacional, pois esse não cabe à Câmara Municipal, mas o plano municipal, para se tentar evitar que os números que se viveram no Concelho de Caminha tão recentemente nos possam outra vez perturbar. Claro que tudo é imprevisível, que existem dificuldades várias, mas, gostavam de ouvir o Senhor Presidente da Câmara sobre esta matéria.

Por fim, a CDU saúda o grande esforço das famílias. Ao se falar das crianças, tem que se falar daqueles que tem vivido com elas, com as preocupações de os ver crescer, de os alimentar e de lhes dar conforto, por vezes em situações difícilimas, com perdas de emprego e de rendimento, logo, é justo lembrar as famílias do Concelho de Caminha e com elas lembrar todas a famílias do País e do mundo.

Disse.



Assembleia Municipal de Caminha

O Senhor Deputado Filipe Fernandes, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida deu início à sua intervenção;

“Depois de um ano do início da pandemia, com três vagas que levaram a vida de milhares de portugueses, estes têm sido tempos difíceis. Exigentes para o Mundo e para todos nós. Temos sofrido com a falta de contacto social da família e dos amigos.

Em Caminha, desde o primeiro momento que se trabalha para salvar vidas. Para conter os efeitos da pandemia e também os efeitos económicos e sociais. É imperativo reconhecer o esforço dos nossos autarcas; do Município, no seu presidente e no executivo que se redobrou em medidas e tem encontrado soluções; das Juntas de Freguesia, que trabalham em conjunto com a Câmara Municipal, e da sociedade civil e das nossas instituições.

É de salientar as ações que alavancaram este combate e colocaram o concelho de Caminha em destaque nacional pelas melhores razões. Exemplo que é seguido por muitas outras câmaras.

Foi criada a “Rede Complementar de Apoio”, para ajudar as pessoas em isolamento e socorrer famílias que mais sofrem os efeitos da pandemia. Fizeram-se testes a todas as IPSS do concelho. Pagaram-se milhares de testes Covid. Montou-se o Centro de Rastreio Móvel. Recentemente montou-se o Centro de Vacinação, em Seixas.

Já se entregaram milhares de refeições. Pagaram-se rendas e contas de eletricidade e gás, em socorro das famílias.

Criaram-se equipamentos de retaguarda para trabalhadores de serviços essenciais.

Filhos de médicos, enfermeiros, bombeiros, forças de segurança e outros. Reforçou-se o atendimento dos serviços. Transferiu-se antecipadamente



Assembleia Municipal de Caminha

verbas às Juntas de Freguesia. Medida que hoje volta a ser posta em discussão e votação.

Deram-se subsídios extraordinários aos Bombeiros e às instituições. Pagaram-se faturas de água às IPSS. Compraram-se e emprestaram-se computadores e equipamentos de internet para os alunos terem acesso às aulas em casa. Criou-se a “Linha de Apoio Psicossocial”

Neste combate foi considerada a sobrevivência da economia local, com um pacote de medidas de apoio às empresas e ao emprego do nosso concelho. Com isenção de rendas. Isenção de bancas nos mercados. Isenção dos terrados de feira. Isenção das taxas de ocupação do espaço público, esplanadas e publicidade. Pagamento das tarifas fixas de água das empresas e comércio do nosso concelho. São 959 empresas.

Com criatividade o município inventou iniciativas culturais que apoiam o setor, com artistas da nossa terra. Fez a campanha “Compre Local”, o Natal, o Dia dos Namorados.

Ofereceu jantares no apoio à restauração. Criou um programa de descontos. Levou a música às pessoas e animou, da forma possível. Deu esperança à população e ao comércio do concelho. Tem sido este o dia-a-dia dos autarcas e das nossas instituições.

O valor gasto no apoio social triplicou. Está quase nos 300%. Muito mais de 1 milhão de euros já foram usados para socorrer pessoas, diminuir os danos das famílias e manter os empregos.

Relativamente ao emprego, é notório que tem resistido. Temos 395 desempregados, ou seja, apenas 75 a mais em relação ao período homólogo do ano anterior, dados desta semana.

Os valores são bastante satisfatórios, tendo em conta que a maior empregadora do concelho, a Campião, encerrou.

Depois de 8 meses do início da pandemia a oposição resolveu aparecer. Coincidência ou não, na época de pré-campanha para as eleições autárquicas. E usando do populismo a líder do PSD de Caminha disse, e passo a citar: “As



Assembleia Municipal de Caminha

medidas estão a provocar a expectável destruição da sustentabilidade das famílias”; “Fechar tudo é roubar o direito de, em consciência, decidir”; “Fechar tudo é egoísmo social”; “São incapacitados de gerirem situações de crise”. Disse ainda “não ver rasgos de estratégia que pudessem contribuir para ajudar o comércio e a restauração do concelho de Caminha”

Cara bancada do PSD e cara líder da oposição, Liliana Silva. Isto é uma pandemia.

Não são medidas avulsas como dar porcos e televisões. Se há incompetência, então todos os países e todos os concelhos são incompetentes.

Não têm ideias. Apresentaram medidas fora de tempo. Desproporcionadas.

Desenquadradas. Sem ter em conta a tremenda despesa que está a ser feita.

Devolver parte do IMI. Dar mais. Financiar tudo. Propõe a oposição que se queixa do despesismo camarário, mas é populista e demagógica.

De olho nas eleições, nem veem a injustiça. Querem criar mais desigualdade.

Dar mais a quem tem mais. Gastar o que o governo municipal não tem e que todos teremos um dia de pagar. A união e a solidariedade desaparecem quando o interesse particular se sobrepõe ao interesse comum e à vida de todos.

Estamos todos ansiosos por voltar à vida normal.

Aos poucos. Com segurança e saúde, vamos desconfinar. Vamos recuperar a economia e seguir o caminho da liberdade e da esperança.”

O **Senhor Deputado João Domingues**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida deu início à sua intervenção;

“Esta intervenção pretende destacar as obras públicas em execução, algumas já em fase de conclusão, levadas a cabo por este executivo.

Assim, temos a:



Assembleia Municipal de Caminha

1. Construção da Escola Sidónio Pais em Caminha - € 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil euros);
2. Construção da Escola Básica e Academia de Música Fernandes Fão em Vila Praia de Âncora – € 2.069.582,89 (dois milhões e setenta mil euros)
3. Construção do Novo Mercado de Caminha – € 630.000,00 (seiscentos e trinta mil euros);
4. Instalação da rede de saneamento em Ancora
5. Instalação da rede de saneamento em Vilar de Mouros
6. Instalação da rede de saneamento em Venade
7. Instalação da rede de saneamento em Azevedo - € 2.792.456,01 (dois milhões e oitocentos mil euros);
8. Requalificação da Marginal de Caminha – € 500.000,00 (quinhentos mil euros);
9. Requalificação da Rua de São João – € 400.000,00 euros (quinhentos mil euros);
11. Construção da Ecovia de Pedras Ruivas Seixas - € 271.241,28 (duzentos e setenta mil euros);
12. Construção da Ecovia Moledo/Cristelo - € 136.850,00 (cento e trinta e sete mil euros);
12. Construção do aterro da Marina de Seixas – € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros);
13. Requalificação da Conservatória do Registo Civil de Caminha € 200.000,00 (duzentos mil euros);
14. Requalificação de muro de suporte na Estrada da Trindade em Âncora - € 29.001,08 (trinta mil euros).

Falamos de um investimento público global na ordem dos 10 milhões de Euros, cofinanciado em cerca de 85%.

É um investimento fortíssimo que não pode deixar de ser aqui lembrado e enaltecido.



Assembleia Municipal de Caminha

Permitam-me assim que, em nome da bancada do Partido Socialista e também enquanto munícipe me congratule e saúde este executivo pelo notável investimento no nosso concelho, dotando-o de mais e melhores infraestruturas, aportando valor e qualidade à nossa terra e ao nosso dia a dia.

Com estas obras, ganha Caminha, ganhamos todos.

Disse.”

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, deu inico à sua intervenção e disse;

“janeiro foi o maior desastre de saúde pública que ocorreu em Portugal nos últimos 100 anos. As palavras são do epidemiologista Manuel Carmo Gomes e lembram-nos a catástrofe que se abateu no nosso país com o surgimento da terceira vaga da pandemia e o registo de 19.452 óbitos, segundo dados do Sistema de Informação dos Certificados de Óbito, num período em que quase todos os dias se bateram novos máximos.

Excluindo os primeiros quatro dias do mês, em todos os outros, foi ultrapassado o valor máximo de óbitos registado em cada um dos dias do mês nos últimos 12 anos. O dia 20 de janeiro de 2021 foi aquele em que morreram mais pessoas, por todas as causas: 746.

O Concelho de Caminha também sofreu as consequências brutais desta terceira vaga. Em janeiro, o número total de infeções e óbitos superou os números globais de 2020. A gravidade da situação exige um apurado sentido de responsabilidade e de humildade por parte de todos.

Não abdicando do legítimo direito à apreciação crítica das decisões e métodos de combate à pandemia nem do dever de apresentar propostas alternativas e complementares para ultrapassar as dificuldades presentes e os desafios futuros, entendemos que neste momento se impõe uma atuação que releve o profundo respeito que nutrimos pelos que perderam ente queridos durante este período, pelos que estiveram e estão na linha da frente das respostas sanitárias, pelos que sofrem as consequências sociais e económicas do confinamento.



Assembleia Municipal de Caminha

Instamos o Executivo Municipal a manter e a reforçar as medidas extraordinárias de apoio às famílias e empresas confrontadas com perdas de rendimentos resultantes das medidas restritivas determinadas pelo confinamento obrigatório. A implementar iniciativas no âmbito da promoção da saúde mental junto das populações mais vulneráveis e do apoio à parentalidade em contexto de ensino a distância, garantindo o acompanhamento adequado dos alunos e a sinalização precoce de dificuldades, de modo a não comprometer o sucesso escolar e a qualidade das aprendizagens.

E reforçamos a nossa convicção: a resposta à pandemia não pode continuar a dispensar a convocatória regular e formal dos órgãos de concertação - Comissão Municipal de Proteção Civil, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal da Juventude, Conselho Económico e Social e Conselho Local de Ação Social de Caminha.

A exigência do seu regular funcionamento não é um capricho ou uma mera teimosia da oposição. Decorre da Lei e das deliberações aprovadas por este Executivo e por esta Assembleia Municipal e posteriormente publicadas em Diário da República.”

O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, Comunicação Social e começou por agradecer a todas que ali estão e que em casa o contributo que tem dado nos últimos por ação, ou, por omissão no combate a esta pandemia que tomou conta do País. Todos contam, e contam aqueles que ali foram elogiados por todas as bancadas, aqueles que estão na frente da batalha quer do ponto de vista político, associativo, institucional ou profissional, mas, também contam aqueles que tem um comportamento correto face à situação, muitos que por se manterem em casa, por cumprirem as regras de afastamento e por compreenderem que a distancia familiar é neste momento também uma arma



Assembleia Municipal de Caminha

no combate à pandemia, acabam também por aquilo que é a sua omissão, a omissão e a perda do abraço, a omissão e a perda da atividade cultural, a omissão e a perda atividade comunitária, contribuindo assim para esta pandemia.

Disse o Senhor Presidente que ouviu atentamente todas as intervenções e ficou um pouco triste por não poder entrar tanto no debate daquilo que foram as moções é um momento onde não pode dar explicação, houve vários argumentos, com muitos não concorda, com outros concorda, mas, os Senhores Deputados neste período antes da ordem do dia acabaram por lhe dar a oportunidade de algum modo com a ligeira intervenção que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, fez à questão da água, para ali também poder abordar esta matéria. E, quer abordar esta matéria da água porque não se esconde e sabe bem aonde coloca o seu rosto e a cara, coloca em frente de cada um dos munícipes a quem deve respeito e a quem deve todo o seu trabalho, e faz isso com total abertura e total transparência como sempre fez, e como ali foi referido em coerência. Dá a cara, dá a cara ali, na Câmara e por força das circunstâncias e por vontade dos seus colegas com os seus 7%, deu a cara por todos os Municípios, deu a cara na comunicação social, falou por todos os colegas, não se esconde, nunca se escondeu, e, muito menos se esconde perante um momento particularmente difícil da governação desta Câmara Municipal, no contacto com o público, e o qual está embrulhado no tempo pandémico em que se está a viver. Esta mesma cara, que tem sido enxovalhada como muitos rostos de colegas seus de todos os partidos com claro e puro aproveitamento político autárquico pré-eleitoral, e o mesmo se diga ali de forças políticas deste Concelho nomeadamente do PSD. E, para se que seja claro, sobre contra esta matéria, há um combate político contra o Presidente da Câmara, contra a Câmara Municipal de Caminha a propósito deste tema, mas, ninguém é ingénuo, existem problemas e já falará sobre eles, mas, há um claro aproveitamento político, sentindo que perante dificuldades e incapacidade de passar uma mensagem política que seja por parte da direita



Assembleia Municipal de Caminha

no Concelho por falta de protagonistas, por falta de ideias, de conseguir ali aproveitar o momento em que o Presidente estará mais frágil para o atacar diretamente, mas, não tem medo das críticas até porque elas são saudáveis. Porém, ser insultado praticamente todos os dias de forma escondida, através de estratégias, das redes sociais, que estão absolutamente ajeitadas de mal dizer, ajeitadas de negatividade, isso todos percebem e basta uma leitura atenta. Dá a cara, e dá ali a cara por este tema, a água é o tema caro destas eleições, vai ser o tema destas eleições e também será julgado pelas decisões que tomar, mas, existe uma coisa que todas as pessoas sabem quanto ao Presidente da Câmara mesmo aqueles que não vão votar e não gostam do Presidente da Câmara. Não foi o Presidente da Câmara que inventou esta estratégia fantástica de criar uma empresa pública para faturar acima daquilo que devia faturar, castigar as pessoas, não fazer atendimento, fazer erros grosseiros em faturas para se vangloriar e ganhar as próximas eleições, no entanto, reconhece que tem uma visão estratégica clara que permite dizer que isso não dá votos, quanto à questão da aproveitamento político estão esclarecidos.

Disse o Senhor Presidente que quando a Câmara decidiu aderir à parceria pública que junta os sete municípios do Alto Minho que são conhecidos e a empresa Águas de Portugal, fê-lo por várias razões. E, em primeiro lugar, a Câmara Municipal já não conseguia dar à população o serviço que a população merece, nesta Assembleia foi muitas vezes criticado, pela oposição e por aqueles que são Deputados ou Presidentes de Junta do Partido Socialista, por valas que não eram tapadas; fugas durante dias, por incapacidade da Câmara não funcionar ao fim de semana; por tarifas; pela incapacidade de colocação de contadores; pela incapacidade de mudar de contadores de obra para definitivo, várias vezes durante vários anos; e também foi criticado por não pagar a água durante anos a fio; foram chumbados acordos do seu mandato e de mandatos anteriores; criticado por ter dívidas ao final de cada ano, em resultados líquidos de exercício, com dívidas contaminadas pela incapacidade



Assembleia Municipal de Caminha

que a Câmara tinha de não pagar a água: foi criticado pela oposição nomeadamente pelo PSD de ficar com o dinheiro dos munícipes no bolso e não pagar a água, isto não foi há vinte anos, isto foi assim até há um ano atrás. Disse ainda, que o modelo e a capacitação da Câmara não era capaz de responder aos anseios da população, explicou que a Câmara todos os anos acumulava um défice de 900 mil euros em água, 40% da água que o Município comprava, esvaia-se em fugas de água de redes obsoletas, esvaia-se em contadores ilegais que existiam em várias casas particulares e em várias empresas, e estava a deitar 40% da água que se comprava fora. Durante todo este tempo foi-se acumulando dívida, dívida que herdou e por isso quer ali separar para que não haja dúvidas sobre esta matéria. No entanto, vai separar a intervenção da CDU sobre esta matéria, porque é coerente ao longo dos anos com diferentes executivos, e mantém hoje uma posição, a qual não poderia ser outra, da posição do PSD que quando esteve na Câmara deixou de pagar água anos a fio, recebia água das pessoas e não pagava água, aconteceu em 2002, 2003 e 2004, recebeu a água e não pagou a água que comprava, pior, não registou a dívida, a Câmara não conhece registo dessa dívida, as dívidas fantásticas que existiam não tinham registo, mas, nos anos seguintes em 2005 pagou 154 mil euros, em 2006 pagou 430 mil euros, em 2007 pagou 350 mil euros, e, a verdade é que a água com o saneamento custa cerca de 2 milhões de euros por ano à Câmara Municipal, este problema foi-se acumulando, as redes foram ficando obsoletas e a incapacidade de se gerir aquelas que são redes que se vão estragando, as quais muitas vezes tem fibrocimento, redes que tem carga cancerígena foi impossibilitando a ação da Municipal, foi-se perdendo homens e mulheres que trabalham nesta área, e a incapacidade de se resolver problemas, e era necessário encontrar uma solução. Admite que a solução que a Câmara encontrou e que ele protagonizou não fosse a mesma, mas, o modelo é muito claro, juntar o máximo de Municípios com a maior e melhor e única empresa pública de água em Portugal as Águas de Portugal. E, porque se juntaram às Águas de Portugal? Porque as



Assembleia Municipal de Caminha

Águas de Portugal dão aquilo que os Municípios não têm, ou seja, os Municípios quando aderiram à parceria, aderiram pelo reconhecimento da incapacidade de dar resultados, cada um dos Municípios tinha défices, não conseguia fazer renovação de redes e não conseguia garantir com fiabilidade a qualidade da água que chega a casa das pessoas, todos admitiram isso, mas, não bastava a soma dos Municípios para resolver esse problema, e por isso, foram procurar os melhores, e em que condições? ser 100% pública. E, porque são os melhores? porque tem os técnicos que trabalham a qualidade da água, os técnicos que trabalham em projetos para que haja novas redes de saneamento e água, tem os técnicos que vão garantir financiamento através do processo burocrático dos Fundos Comunitários, tem a visão global de lhes permitir trabalhar como agora nestes últimos dias, através de *Call Center*, que respondem a partir da EPAL em Lisboa, ou, a partir de outras empresas do grupo, porque tem estrutura para dar resposta, que já deviam ter dado, e este é o modelo em que acredita, e este modelo tem tudo para funcionar, no entanto, para que as coisas possam funcionar, mesmo que seja o melhor automóvel do mundo, precisam de unhas e que a condução seja correta. E aquilo que o executivo tem dito nestes últimos tempos tem sido exatamente isso, e ninguém dirá que o Presidente de Câmara nos últimos meses nestas Assembleia Municipais não reconhecem os erros que aconteceram, mas, também se sabia como os Senhores Deputados sabem, que durante três meses não foram cobradas faturas, que durante meses não foram feitas leituras reais, e muitos munícipes estavam a pagar com base em estimativas como ele próprio, estavam a pagar durante esses meses menos do que aquilo que era expetável pagar, e também se sabia que viria uma fatura amarela, tentaram por todos os lados encontrar formulas de resolução enquanto Municípios, alertando à administração que também tinha que encontrar formulas de o resolver, mas, tem que se ser claro, é absolutamente dececionante o que aconteceu do ponto de vista dos erros de faturação e do atendimento, existem atenuantes que tem a ver com o COVID, mesmo agora com a questão das lojas, mas, não bastam



Assembleia Municipal de Caminha

o serviço não está a ser bem prestado. Mas, existem outros serviços que estão a ser bem prestados, tem-se mais capacidade para se fazer ramais, e no Concelho de Caminha já se fizeram 173 ramais, já se fizeram 1073 ordens de reparação na rede de água em 2020, já se fizeram 250 ordens de reparação na rede de saneamento. E, alguém tem noção dos incumprimentos que foram detetados na água que todos bebem e que se tem no reservatório, em 2019 quando ainda era a Câmara a gerir, foram detetados 88 incumprimentos, 14 problemas de microbiologia e 66 problemas de PH errado na água que se consome, mas, se o executivo conseguisse resolver tudo isto sozinho através dos meios que dispõe, e, estão ali Presidentes de Junta, funcionários da Câmara, que digam. E, por isso tem que dar a cara junto das pessoas e dizer que não tem essa capacidade, e ainda não possui os números de 2020, mas, a água tinha revelação da presença de ferro e alumínio, água que não chega às Freguesias havia uma insustentabilidade do sistema e é preciso dizer isto às pessoas. Mas, as pessoas tem que saber que se não pagam na fatura, pagam em impostos, e quando se diz às pessoas que a tarifa é mais baixa está-se a enganar as pessoas, porque depois vão pagar em impostos e obras que não se fazem, em serviços que não se prestam, não há um supermercado de água, o preço da água está estabelecido, o qual tem a ver com os custos dessa água e são fixados por entidades reguladoras e as Câmaras tendencialmente subsidiam água com os impostos das pessoas e deixam de fazer outras obras, este é o retrato do modelo da água e pelo qual tem que se encontrar soluções. E, Caminha entendeu que este era o caminho, e se calhar até vão achar ridículo aquilo que ali vai dizer, mas, a tarifa da água que hoje está a ser aplicada é mais baixa do que aquela que era aplicada pela Câmara Municipal, e não tem graça. Qual é o problema? O problema é quem faz faturação, faz mal, e quem faz atendimento, faz mal, e é isso que se tem que mudar, não se tem que acabar com a empresa. Como por exemplo, o Benfica não está a jogar nada, mas, ninguém se lembrou de acabar com o Benfica, uns querem mandar o Presidente embora, é aquilo que podem defender ali os camaradas da



Assembleia Municipal de Caminha

oposição, uns querem mandar embora o treinador, outros queixam-se dos jogadores, mas, alguém se lembrou de acabar com o Benfica porque não está a jogar nada. No entanto, refere o Senhor Presidente que isto não se pode prolongar para sempre, e um Presidente de Câmara tem a responsabilidade perante as pessoas de levantar e criar cenários, neste momento o modelo é um modelo no qual o seu executivo acredita, e um modelo em que acreditam tem que encontrar soluções de gestão que permitam dar resposta, já existem algumas novidades das últimas semanas, há um modelo novo de faturação a funcionar, irá emitir as novas faturas nas próximas semanas, há um reforço do atendimento, que caso não seja atendido por Viana do Castelo, irá ser atendido pela EPAL que dará uma resposta imediata que no prazo de 72 horas alguém entrará em contacto, na questão das lojas abertas terá que efetuar marcação, porque, neste momento pandémico não existe outra solução, porém, existem questões que terão que ser alteradas, como a fatura que é de muito difícil ilegibilidade, tem que deixar de haver leituras por estimativa, tem que haver leituras reais, apesar de a Lei só obrigar a que haja duas leituras reais por ano, no entanto, a ADAM vai fazer seis leituras por ano, ou seja, vai fazer leituras reais de dois em dois meses, disse ainda o Senhor Presidente que a Câmara Municipal vai colocar os seus funcionários a trabalhar de maneira a que haja nos próximos meses leituras reais até que tudo estabilize, e a fatura tem que sair correta, e aquilo que diz é que a vida da ADAM tem que mudar e tem que haver um total empenhamento e que haja um envolvimento do Estado porque esta empresa é 100% pública. E, não julguem que mesmo os partidos que anseiam estar no poder ali na Câmara Municipal de Caminha ou nas outras Câmaras que proponha reversão deste sistema e modelo que as coisas voltem a ser como eram, isso não voltará, a tarifa atual vai-se manter ou subirá, e os Municípios sabendo que não podem trabalhar sozinhos, irão tentar arranjar parceiros para ganhar escala, e se já se gastou um parceiro público que é o único público, quem será o parceiro que se irá encontrar. E, também é preciso perceber que não se pode decidir que se vai sair da ADAM, porque ao se sair



Assembleia Municipal de Caminha

da ADAM tem que se pagar compensações à ADAM, e não sabe o que o PSD está disponível para pagar, 10, 50 milhões! E porque existem estas compensações? Não são contra os Municípios e para os Municípios se precaverem, porque se algum Município quiser sair da ADAM terá que pagar aos outros Municípios uma indemnização, porque tem entre todos uma tarifa estudada de acordo com a agregação de cada consumidor, e tudo isto é normal que isso aconteça, e é normal também que exista três tipos de interesse neste debate; o interesse daqueles que isto funcione bem, porque estão fartos de receber faturas que não fazem sentido, o interesse daqueles que isto funcione bem, mas que corra mal para o Município, porque querem ir para a Câmara para fazer o mesmo, ou, pior como o fizeram no passado, e há também o interesse daqueles que estão à espera que isto implode para que as Câmaras tenham que fazer parcerias com privados, e por isso está ali para dar a cara, mas, se falhar este modelo depois de todas as alterações concretizadas, existe um limite, e para esse limite também estão ali para assumir, mas, a reversão tal como o defendem, é uma reversão que será impossível no contexto em que a querem fazer, ao dizer que tudo volta como era, isso não, a tarifa a mesma ou maior, sem capacidade para assegurar os trabalhos nas ruturas, nos contadores ou nos ramais, com a necessidade de se contratar mais trabalhadores, e com a necessidade de se encontrar outras soluções para financiamento e a partir de 2022 o Estado não financiará mais sistemas que não tenham rentabilidade económica, ou seja, que o seu sistema de água não pague os seus custos.

Disse ainda o Senhor Presidente que gostaria de dizer que tinha uma varinha mágica, que tinha resolvido o problema da ADAM, isso não tem, e os Presidentes de Câmara falam agora aquilo que sempre falaram nos órgãos de gestão, e falaram mais claramente, porque sentiram que a população precisava de uma palavra dos seus representantes, dando a cara. E, pede desculpa na sua quota parte da responsabilidade pelos erros cometidos pela ADAM, não são compreensíveis, tem que ser melhorados, mudar de vida, mas, prometer



Assembleia Municipal de Caminha

que esse mudar de vida é com baixas tarifas, é com mais investimento, e estar a mentir as pessoas, e sai dali em outubro se não votarem nele, mas, sai dali com a plena consciência que fez o melhor pela população, porque, prefere sair assim, do que sair numa circunstancia que engana as pessoas, em que baixe agora a tarifa para que possa ganhar eleições, penalizando todo o sistema de financiamento e investimento e de equilíbrio que o Município tem. O Município não estará mais três anos sem pagar faturas, o Município não estará mais três anos sem registar dívida de água, mas, a Câmara precisa de fazer obra, como as Juntas de Freguesia estão agora a fazer. E, como todos sabem as redes sociais criaram uma dinâmica própria que é aproveitada pelos partidos fracos e medíocres para se alimentarem na crítica que não tem base, e está a dar a cara relativamente à água porque é fundamental dar resposta à população.

Quanto à pandemia disse o Senhor Presidente que o elogio que fez inicialmente é um elogio sentido, e este ano de trabalho que faz agora no dia 02 de março com a entrada do COVID em Portugal, tem sido um dos anos mais difíceis da sua atividade profissional ou política, nunca teve nada semelhante, e isso não deve servir de escape de nada, e com 45 anos de idade nunca teve problemas em dormir, como aquela frase que diz “quando me deito, deito-me com a consciência tranquila e durmo sempre bem”, e isso deixou de ser verdade ao longo do último ano, o medo de errar, de não tomar a medida certa, de não encontrar a solução certa, de não acolher a proposta certa, e viver diariamente a saber quem são as pessoas que estão doentes e aquelas que estão a morrer, este tem sido o desafio mais complexo da sua vida pessoal, profissional ou autárquica. E, neste momento tem 1684 casos confirmados no Concelho, dos quais são 37 casos ativos e tem a lamentar 33 óbitos, de acordo com o relatório da ARS Norte que recebeu ontem, o Concelho tem neste momento índice de 226 casos nas duas últimas semanas por mil habitantes, no pico de janeiro houve 1400, 1500 e 1600 casos por mil habitantes, o Concelho esteve entre os 20 piores Concelhos em termos de incidência desta doença, neste momento está com 0% de crescimento de



Assembleia Municipal de Caminha

casos na última semana, e houve mais 18 casos de acordo com o relatório da ARS, e, só em janeiro houve mais casos do que em todo o ano de 2020, em janeiro houve em média 29 casos/dia em média, quando se andava em 6 ou 9 casos/dia, foi um momento muito difícil, onde se teve que tomar medidas e ações, e também nestes momentos houve uma componente forte de ação política, mas, existe uma diferença na ação política, e no dia 13 de janeiro quando o Concelho de Caminha registava 236 casos ativos e 22 mortes, foi nesse dia que o Governo decretou o segundo confinamento, na sequência do que se tinha passado no Natal, esse segundo confinamento foi muito criticado, porque não contemplava o encerramento das escolas por opção do Ministério da Educação, e mais tarde veio a se confirmar, nesse mesmo dia no Porto Canal aonde faz de vez enquanto algum comentário por simpatia dos seus jornalistas disse que achava brando o confinamento, e contra os seus princípios, achava que as escolas também deviam fechar nessa mesma data, dia 13 de janeiro, porque sabia que as escolas no Concelho estavam a ter um impacto na dinâmica de infeção, as crianças da faixa etária dos 0 aos 9 anos era a faixa dos mais infetados, e a extirpe Inglesa tinha tomada conta da maior parte das infeções no Concelho de Caminha. O Concelho de Caminha foi em determinado momento, em todo o Norte de 85 municípios, onde a presença da extirpe inglesa era a mais forte na sua contaminação. No dia 13 de janeiro, enquanto o País discutia se o confinamento seria mais forte com o encerramento das escolas, discutia records de mortes e de infeção, o PSD de Caminha também tomava uma posição pública através da Presidente do Partido e candidata à Câmara em 2021, e dizia que era uma vergonha se estar a fechar tudo, que deviam deixar que as coisas fluíssem e continuassem e acabava com uma frase que tem a ver com o populismo de extrema direita que parece agradar à liderança atual do PSD “acorda Portugal”, o Senhor Deputado conhece bem estas frases do antigamente e sabe aonde estavam, agora regressam, vejam bem aquilo que aconteceria no Concelho de Caminha, no pico das mortes se PSD estivesse a mandar, e por isso, estas matérias,



Assembleia Municipal de Caminha

também devem ser refletidas. Da parte do executivo, para ter alguns números Senhor Deputado, como solicitou, disse que entre o primeiro confinamento e o segundo confinamento foram servidas mais de 13 mil refeições a alunos de famílias carenciadas, bombeiros, técnico de saúde ou escolas de acolhimento, o trabalho extraordinário do Agrupamentos de Escolas tem permitido manter a ligação com estes alunos em casa, com resultados. Gente que está a cozinhar e a entregar alimentos e que estão a dar aulas em circunstâncias muito difíceis. Existem duas escolas de acolhimento no Concelho, essas escolas, tem acolhido no Jardim de Infância e no Primeiro Ciclo da EB1 de Caminha, 21 crianças, e 11 alunos na Escola Secundaria do Vale do Âncora, com alunos do Segundo Ciclo ao Secundário, foram distribuídos equipamentos informáticos a partir da dinâmica do Agrupamento e da Câmara Municipal, a qual conseguiu distribuir 126 portáteis e 55 pontos de acesso à Net. Existe um esforço global no último ano civil, na educação, nos transportes, nas refeições, na escola a tempo inteiro, nos recursos humanos de 1,2 milhões de euros, é aquilo que se gasta a tempo inteiro e que se investe diretamente na educação, e não fala ali nas obras. Na Ação Social apoiam-se 156 famílias, no pagamento de despesas domésticas, um investimento de 36 mil euros em 2020, 222% mais do que em 2019, e neste ano de 2021 já se investiu mais 15 215 mil euros com estas famílias, na ajuda do pagamento de luz, água ou rendas de casa. O programa alimentar tem 184 beneficiários, e o programa com o banco dos cabazes são 180 famílias que apoia, a rede complementar de apoio já respondeu a 490 pedidos de ajuda e o apoio às IPSS tem sido dado quer do ponto de vista logístico, quer financeiro de 24 mil euros que se mobilizou só neste contexto pandémico. Irá haver um tempo para desconfinar, não se sabe se será daqui a quinze dias, ou, segundo aquilo que parece muito claro entre a dinâmica institucional, Governo e Presidente da República, para depois da Páscoa, mas, o executivo irá ter que atuar, irão ter que reforçar o apoio social, terão que encontrar resposta no apoio às empresas, continua muito preocupado no desemprego pós COVID, porque, esta fase será duríssima, e provavelmente os



Assembleia Municipal de Caminha

comércios, os espaços de restauração e empresas do Concelho poderão já não abrir e terão que acautelar respostas para estas pessoas. Apoiar a cultura, aqueles que tocam, que cantam, que dançam, e aqueles que permitem que esses façam o seu trabalho para que cheguem aos espaços ou a casa das pessoas, as instituições que estão a fazer um trabalho excepcional mesmo com algumas injustiças, como é o caso do apoio domiciliário, que ao contrario dos trabalhadores e utentes dos Lares de idosos, não teve a vacinação que lhes era devida, portanto, terá que se fazer um imenso trabalho, mas, existe uma boa noticia que foi o Centro de Vacinação criado no Concelho de Caminha, um projeto do Distrito, um projeto dos 10 municípios com o ULSAM que não existe em mais lado nenhum. Que é pouco valorizado, mas, o processo de vacinação será longo. Este será um tempo muito difícil e os recursos também escasseiam, é decisivo sobre algumas matérias para que se possa responder melhor à população, e aquilo que está prometido pelo Governo para despesas COVID até agora ainda não chegou um cêntimo, zero, "bola". E, se esse dinheiro não chegar a Câmara vai ter problemas de liquidez para ajudar as famílias e instituições, porém, se esse dinheiro chegar, podem ter ali alguma alavanca, porque não se sabe aquilo que vai chegar ao Município, porque não vão pagar todas as despesas, mas, acredita que grande parte destas despesas irão ser pagas e por isso o Município vai ter um apoio de liquidez que vai permitir apoiar as famílias, e já foram tomadas algumas medidas junto das instituições e empresas que são decididas por 6 meses, logo, até meio do ano as coisas estão asseguradas, e por isso, vão fazer esse caminho da melhor forma que consigam, e vão criar espaço para que o plano desconfinamento possa fazer sentido nos próximos tempos.

Para terminar disse o Senhor Presidente que dá nota da intervenção do Senhor Deputado João Domingues que salientou ali várias obras, investimentos de 10 milhões de euros que estão a acontecer por todo o Concelho de Caminha, no entanto, sabe que alguns investimentos são bem compreendidos outros não tão bem, mas, são investimentos fundamentais porque um dia todos irão



Assembleia Municipal de Caminha

regressar à rua, à atividade e a Câmara tinha que fazer o investimento enquanto estão todos em casa, para ajudar as empresas de construção civil, para ajudar os que dependem direta ou indiretamente, mas, também para melhorar a vida das pessoas, para que as pessoas quando regressem a Caminha tenham a Rua de São João e o Terreiro qualificado, para que as pessoas saibam que os seus filhos possam ir para o ano seguinte para a renovada Escola Secundaria de Caminha, ou para a Escola Básica de Vila Praia de Âncora, para quem aprenda na Academia de Musica possa saber que vai ter um espaço dedicado, vai ter um auditório, para aqueles que nunca tiveram investimento em saneamento como é o caso da Freguesia de Azevedo, algumas zonas da Freguesia de Venade, uma Freguesia de Âncora que foi castigada durante muitos anos sem saneamento, mas, a ser depositaria do saneamento dos outros, possa ter investimento fundamental para poder progredir, para que as Ecovias de Seixas ou de Moledo possam estar preparadas e estar completas no próximo Verão para servir de atrativo, toda esta é uma dinâmica que o executivo vai continuar e é uma dinâmica para a qual vão precisar de todos. Para se fazer o debate político normal, pré-eleitoral, mas, vai ter que existir um espaço de consenso para que o trabalho que é reconduzido às instituições o apoio às Juntas de Freguesia não seja tolhido pelas divergências partidárias na ansiedade de ganhar dois, três ou quatro votos com opções apenas populistas, mas pouco sérias do ponto de vista da ajuda do povo.

Muito Obrigado.

O Senhor Presidente da Mesa, propôs o período de réplica.

O Senhor Deputado Carlos Videira, faz uma réplica à intervenção do Senhor Presidente e disse partilha a sua desilusão com o Benfica, é também a sua desilusão. Só que o Benfica não foi criado nesta Assembleia Municipal, já cá



Assembleia Municipal de Caminha

estava antes de cá chegarmos e continuará quando de cá sairmos, portanto acho que a comparação não faz muito sentido.

Também não faz sentido dizer que se estivermos a favor da reversão não podemos criticar aquilo que é a gestão da água em esfera municipal. Isso não nos retira qualquer direito de fazer uma análise daquilo que é a gestão política, a gestão política, administrativa ou operacional.

E sobre quanto é que o PSD está disponível para pagar para sair da ADAM, eu devolvo a questão ao Senhor Presidente da Câmara. Foi o Senhor Presidente que colocou esta questão em cima da mesa na conferência de imprensa que realizou em Viana do Castelo. Admitiu que era possível. Portanto, admito que o Senhor Presidente também tenha um valor na sua cabeça, visto que, como disse nesse dia, não retira qualquer hipótese de cima da mesa e falou de voltar à casa onde já foi feliz.

Eu não acusei o Senhor Presidente nem o acuso de se esconder de nada. Aliás, ninguém o acusou disso nesta Assembleia Municipal. Mas tenho direito à minha crítica. E a minha crítica é que a conferência de imprensa, na qual o Senhor Presidente esteve bem, pecou por tardia.

Acho também que o modelo adotado retira capacidade de decisão. O Senhor Presidente nesse dia afirmou-se como o representante dos munícipes do Concelho de Caminha. Porque a sua capacidade de gestão e de intervenção está mais limitada e é isso que a todos nos preocupa.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, por muito que possa não gostar das nossas intervenções ou das reclamações das pessoas que estão indignadas, não deixe de reconhecer que estas mesmas críticas e estas mesmas intervenções se constituem também como um trunfo que o Senhor Presidente pode e deve usar nos contactos que deverá estabelecer com a tutela, com as entidades reguladoras e com a Administração das Águas do Alto Minho.

Exercemos a nossa pressão sobre si porque, como bem disse na conferência de imprensa conjunta, é o nosso representante, é o nosso interlocutor, e quão



Assembleia Municipal de Caminha

mais fortes forem as nossas reivindicações, maior será o seu poder de intervenção.

Não faço julgamentos de valor ou de intenção sobre aquilo que são as motivações das pessoas quando fazem uma crítica sobre a gestão da água. Faço uma apreciação crítica sobre os argumentos utilizados e acho que é um bom princípio para que possamos ter uma discussão saudável.

As pessoas do Partido Socialista que estão contra a ADAM, que também existem e que também estão nas redes sociais, também se pronunciam de uma forma que às vezes não é saudável. Não sei quais são as suas motivações nem me interessam. Interessa-me perceber os seus argumentos, interessa-me perceber quando são válidos e quando são úteis para a discussão.

As redes sociais não são um espaço exclusivo de nenhum partido. As redes sociais têm algoritmos que fazem como que nós vejamos apenas aquilo que gostamos de ver ou queremos ver. Se temos mais amigos que pensam da mesma forma do que nós, vemos mais coisas dessa forma. Mas as pessoas estão todas lá e é um bom princípio não fazer esses julgamentos de valor.

Queremos a resolução do contrato de parceria da ADAM, mas queremos acima de tudo que todos os problemas sejam resolvidos. Neste momento só o podemos fazer de uma forma: denunciando tudo o que está a correr mal na convicção de que sem essa denúncia nada poderá vir a correr bem.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que o Senhor Presidente da Câmara referiu ali que ele lhe deu espaço para poder falar da água, mas, a verdade é que a CDU já não o convoca para essa discussão e já teve mesmo a oportunidade de lhe dizer isso mesmo em dezembro do ano passado. E isto porque a população do Concelho de Caminha e a Assembleia Municipal já perceberam que eles, CDU e presidente da Câmara Municipal, não se entendem sobre essa matéria. No entanto, o Senhor Presidente deu-lhe a possibilidade de falar um pouco sobre aquilo que a CDU lhe lembrou em tempo



Assembleia Municipal de Caminha

útil para fazer. Aquilo que seria correto na sua qualidade dentro da própria AdAM, e que afinal não o fez. Recorda o Senhor Deputado que a linguagem do jogo que é um pouco diferente da linguagem desportiva, não sendo propriamente uma linguagem onde a CDU se mova muito bem. A CDU entende que deve haver uma separação muito clara dessas duas matérias, os exemplos nunca são muito bons e acabam sempre por ofender alguém, logo, a CDU não quer discutir política com base no jogo e, com base no jogo não gostam muito de discutir política nem tão pouco discutir a intervenção política com base nas redes sociais, sobretudo de intervenção de cariz pessoal.

Quanto a esta matéria da água, dizer o Senhor Presidente que todos sabiam que teriam uma fatura amarela é excessivo, por isso questiona “todos, quem?” A CDU avisou que estava na mão do Senhor Presidente, na qualidade de representante do Município na AdAM prevenir para que isso não acontecesse. Recorda que disse ao Senhor Presidente que qualquer empresa no mundo quando comete erros paga-os. Por isso o Senhor Presidente acabou hoje por dizer a mesma coisa ao referir que no passado, num modelo que classifica de mau para Município, o Município desperdiçava água, mas pagava-a porque era um problema do Município. A Câmara tinha um grave problema de desperdício de água e não se pedia a ninguém para a pagar, assumia o Município essa responsabilidade. Ora a ADAM não estava a cobrar por um problema seu, não foi um problema dos munícipes do Concelho de Caminha, foi um problema da empresa. Qualquer empresa de bom censo no mundo inteiro assume a sua culpa e paga, não cobra às pessoas, porque o erro foi da empresa. Por isso é incongruente a argumentação do Senhor Presidente da Câmara.

Também tiveram a oportunidade de dizer ao Senhor Presidente que a CDU antevia que nada seria feito sobre essa matéria. Não obstante, não anteviam, e até mesmo face à situação em que se está a viver, que em pleno confinamento haja coragem de aplicar faturas de ajuste de pagamento de um ano de total incapacidade da empresa. E, insiste, que o façam precisamente neste confinamento é de uma desumanidade gritante, a mesma desumanidade que a



Assembleia Municipal de Caminha

empresa demonstrou desde o início. Aliás a CDU partilhou com todos os membros da Assembleia, há já sensivelmente um ano a experiência tida na altura a título pessoal. Recordou que pediu à empresa Águas do Alto Minho, que face à situação que se estava a entrar não cobrasse a ninguém para além do primeiro escalão. Foi um apelo a uma medida social, mas aquilo que a empresa fez foi negar, tendo a ousadia de lhe responder para dizer que não, até porque já tinha abdicado de cobrar às empresas. Só que omitiu, pasme-se, que eram as empresas que estavam fechadas, logo, sem consumos de água.

Por isso, o Senhor Presidente também lhe deu a oportunidade para o recordar de tudo isto, E, quanto aos milhões, a CDU alertou para isso antes de se entrar no negócio, e também não é verdade, quando em junho ali na Assembleia, o Presidente disse, contrariamente ao que disse agora na conferência de imprensa, que era impossível se sair da ADAM e começaram a fazer um jogo, que a CDU particularmente não gosta, que é de deixar os Presidentes de Junta numa situação difícil, até recorda que nessa mesma Assembleia os nomeou, ao dizer que “para Venade dizem lá que as obras vão parar, para Âncora, o meu amigo Brás, também vão parar as obras”, ora, esta é uma forma de limitar a vontade e capacidade que os próprios Presidentes de Junta têm de defender as suas populações, isto no entendimento da CDU.

Para terminar, disse o Senhor Deputado que, no entendimento da CDU, nunca há um bom negócio naquele que não se pode reverter. O Senhor Presidente nesta matéria é mais capaz do que ele, mais que não seja pela formação e profissão, e sabe muito bem que nunca há um bom negócio quando não se pode reverter, em condições que se possam praticar.

Quanto á questão da pandemia, disse o Senhor Deputado que, aliando-se ao Senhor Presidente, os números que lhe pediu eram sobretudo em termos comparativos, porque a preocupação maior era aquilo que aconteceu no primeiro confinamento e aquilo que aconteceu neste confinamento. O importante era perceber a evolução dos números para se compreender aquilo que se pode fazer frente daqui para a frente.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro que tem consideração por ele, e sabe que admira muito a sua projeção intelectual, modo em como avalia as coisas e sobretudo a coerência que tem. Mas, o Senhor Deputado está muito empolgado com este tema, e percebe que esteja, e entende quando este tema é ideológico, mas ele está ao lado na defesa da água pública e na gestão pública da água. E, também percebe, que este é um palco do PCP, é distrital e tem levado às mobilizações em cada um dos Concelhos de cidadãos que aparecem quase no anonimato, mas, são militantes e dirigentes do PCP, o que entende, e percebe que queira cavalgar este descontentamento contra a Câmara. Mas, Senhor Deputado está do lado errado da barricada, ou melhor, o seu pensamento deixa-o estar no sítio correto, mas, os seus parceiros de combate, não são os mesmos, nem pensam aquilo que o Senhor, não defendem exatamente aquilo que o Senhor defende, muito pelo contrário, é importante sim saber o que se passa nas redes sociais, porque o palco político é este, mas, também são as redes sociais, onde pululam as ideias, a projeção de que o futuro será brilhante com o regresso de passado e de fantasmas, o executivo não podemos estar ao lado dessas ideias, convida-o a estar do seu lado nesse combate. E, porquê isto, Senhor Deputado? Porque quando fala das freguesias está a falar a verdade, e nenhum Senhor Presidente de Junta pode dizer que se sente ameaçado, muito menos pela sua retórica, mas, os Senhores Presidentes precisam de saber das medidas e das moções dos Senhores Deputados fosse votada favoravelmente reversão da ADAM, o financiamento que permite a obra em Moledo, Venade e Âncora, caía. O executivo tinha que pagar esse financiamento, e no caso de Moledo tinha que desistir da obra, esta é a verdade, e não ameaça.

Quanto às faturas amarelas disse o Senhor Presidente que aquilo que ele ali referiu e volta a repetir é que durante três meses não se pagaram faturas de



Assembleia Municipal de Caminha

água e a culpa é exclusivamente da ADAM, os munícipes não tem culpa nenhuma, mas, se os senhores estão a achar que a ADAM é que paga, quem paga são os Municípios. Quem pagou o apoio dado às empresas nestas tarifas fixas durante três meses, foram os Municípios, e não há nenhuma previsão legal que permita poupar o pagamento de um serviço como o pagamento de água, isso é ilegal, e aquilo que não devia ter acontecido durante três meses foi não terem faturado, deviam ter faturado, porque, acumularam uma dívida a todos os consumidores como ele, porque tiveram durante esses meses sem pagar, quando todos queriam pagar todos os meses, e esse foi o erro da ADAM. E, pergunta, é isto que justifica a reversão? Isso seria tudo muito fácil, três meses de faturas seriam pagos pelos Municípios, se não fossem cobrados. Disse ainda o Senhor Presidente que sobre indemnizações são um facto importante para ali se debater, porque os Senhores Deputados vão ali, apresentam uma moção de reversão, e daqui a duas sessões vão ali estar a debater se se pede um empréstimo bancário de 20 ou 30 milhões para se pagar, e vão estar contra a Câmara, porque, por exemplo, o PSD vota contra se apoiar as freguesias com o adiantamento de 800 mil euros, certamente, que irão votar contra um empréstimo para se pagar a saída da ADAM, e perguntam, quem se vai meter num negócio para pagar indemnizações no caso de sair? Toda a gente. Porque se hoje Viana do Castelo decidir sair da empresa na sessão da Assembleia Municipal, tem que pagar uma indemnização a Caminha e aos outros Concelhos, porque, vai ter que se subir a tarifa da água, e vão ter que pagar aquilo que o Município vai pedir às pessoas, porque se querem sair da ADAM pagam as indemnizações que lhes são devidas, para defender o Município e a população, e por isso vem nos contratos. E, a pergunta que lhe é devolvida pelo Senhor Deputado; E, o Senhor quanto está disposto a pagar de indemnização? Zero. Mas, se hoje sair da empresa paga muitos milhões, e ainda está para perceber a evidência da justa causa de uma saída à data de hoje. Porque, os erros de faturação não são justa causa suficiente. Se, se provasse que cobram muito mais água do que aquilo que as



Assembleia Municipal de Caminha

se, se provasse que não estão a fazer os investimentos que se comprometeram a fazer; se, se provasse que não tem gente a fazer reparações de ruturas; se, se provasse que não tem gente a fazer ramais; se, se provasse que não tem gente a fazer atendimento telefónico; se, se provasse que as lojas estão fechadas quando deviam estar abertas, mas, não é evidente que isso aconteça, e existem caminhos a seguir, e por isso, quer manter a ADAM porque acredita neste modelo, e é o modelo que vai salvar o Concelho de Caminha, porque não pode continuar a pagar 1 milhão de euros/ano. Mas, se ADAM for pior que pagar 1 milhão de euros/ano, pagasse esse milhão de euros/ano, e aquilo que não faz é demagogia. E, se hoje se tivesse votado a favor desta reversão, amanhã estavam a pedir para pagar 30 ou 40 milhões de euros, mas, se houver um processo para salvar a ADAM, não pela ADAM, mas, pelos Municípios que a integraram, porque se dá resposta a todas as falhas e faz-se intervenção, então daqui a uns meses ou daqui a uns anos alguém irá dizer que esta foi uma boa opção. Porém, se um dia se chegar à conclusão que esta opção da ADAM não foi uma boa solução para o Concelho e será melhor continuar com um sistema obsoleto sem dinheiro e continuar a gastar 1 milhão de euros /ano, então aí decide-se aquilo que é melhor para o Concelho.

E, pergunta o Senhor Presidente; qual o Presidente de Câmara que se lança num projeto para tentar granjear apoio popular aumentando a tarifa da água, castigando as pessoas, dando ordens para não atenderem telefones, fazer faturas incapazes de serem compreendidas? Quem vai ter este projeto político? Ninguém. Há erros que se tem de corrigir. Existe incapacidade de quem está a gerir esses erros, mudam-se os técnicos; existe incapacidade dos administradores, mudam-se os administradores; há incapacidade do modelo, muda-se o modelo, mas, ainda não se chegou a isso, nesta ordem de valores. Disse ainda o Senhor Presidente que não assina por baixo numa reversão da ADAM, neste momento displicente que ponha os munícipes de Caminha nos



Assembleia Municipal de Caminha

próximos anos a pagar 20 ou 30 milhões de euros nas faturas de água, isso não faz, e foi isso que ali quis explicar e dizer.

Para terminar disse o Senhor Presidente quanto à pandemia, que esta segunda vaga foi muito pior para o Concelho do que foi a primeira vaga, sabe-se que no apoio social, os pedidos de ajuda aumentaram substancialmente, os pedidos de alimentos, também subiram em flecha e a fotografia do emprego vai ter a seguir porque, todos os comércios em geral estão genericamente fechados. Agora, vai-se viver um mal momento, e não vale a pena escamotear essa realidade, e essa realidade também tem a ver com a capacidade que a Câmara tem para responder a estas necessidades. A Câmara neste momento tem despesas correntes, comuns, que são aquelas que todas conhecem, salários, limpeza de jardins, iluminação pública e etc., tem os investimentos que está a fazer, com o financiamento comunitário, e, depois vai ter que encontrar mecanismos para poder ajudar estas pessoas, existem pedidos de ajuda de famílias que o executivo não estava habituado a ter, vão já tomar algumas medidas, na próxima reunião de Câmara, vão levar uma proposta no sentido de duplicar o número de pessoas que terão acesso às bolsas de estudo que a Câmara Municipal está a dar, porque existem muitas pessoas que se candidatam a essas bolsas de estudo, há graduação das condições económicas de cada uma das famílias, o executivo só está a conseguir dar 5 novas bolsas de estudo por ano, porque acumulam as dos anos anteriores, mas, este ano em conjunto com a Senhora Vereadora decidiu-se ir mais longe e em vez de se escolher 5 vai-se escolher 10 novas bolsas de estudo, logo, o executivo está a fazer um esforço para que se possa equilibrar outras respostas que possam dar, e tudo isto irá continuar. As empresas, o emprego é uma matéria que terá que ser avaliada de outra forma, a partir do momento em que as portas se abram, olhando sobretudo para as portas que não se abrirem.

3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA



Assembleia Municipal de Caminha

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 18 de dezembro 2020

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 18 de dezembro 2020**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 0 votos contra e 11 abstenções, as quais se devem ao facto de não serem estado presentes na referida sessão.

c) Contração de um Empréstimo para o Exercício Económico de 2021

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de fevereiro de dois mil e vinte um, relativa à “**Contração de um Empréstimo para o Exercício Económico de 2021**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea f), do n.º1, do art.º25, da lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, autorizar a contratação de empréstimos, **propõe-se** a contração de um empréstimo para o exercício económico de 2021.

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;



Assembleia Municipal de Caminha

“O Executivo de Caminha submete a esta Assembleia Municipal uma proposta de contração de um empréstimo para o exercício económico de 2021. Havendo a necessidade de honrar compromissos financeiros do Município, esta bancada não obstaculizará a sua aprovação em sede de Assembleia Municipal, compreendendo, porém, os motivos apresentados pelos vereadores do Partido Social Democrata em sede de reunião de Câmara.

No entanto, e atendendo ao facto de esta proposta ser instruída unicamente com um documento que descreve o processo de seleção de propostas por parte do júri do concurso, e atendendo à débil situação financeira deste município, descrita na informação do Senhor Presidente da Câmara, julgo que é legítimo que esta Assembleia solicite esclarecimentos adicionais, no âmbito das suas competências de apreciação e fiscalização das propostas da Câmara Municipal.

Sendo que nenhuma das propostas aceites refere explicitamente o valor da TAE, o Município fez alguma previsão dos encargos que terá que assumir com este empréstimo? Se sim, qual a previsão que faz do custo mensal e total do mesmo?

No que diz respeito à proposta aceite pelo Júri do Concurso, são conhecidas as garantias solicitadas pela instituição bancária para o empréstimo? A operação enquadra-se nos limites legais de endividamento do Município, respeitando a legislação das Finanças Locais aplicável e em vigor, como é referido nas condições complementares da proposta preterida?”

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves, disse que perante o voto que foi realizado na Câmara Municipal, acha que deve esclarecer aquilo que ali está em causa. E, começa por lamentar a situação financeira que há muitos anos que o Município de Caminha tem, e esta é uma prova que se tem que mudar o paradigma, para se poder ter capacidade de entregar dinheiro às Juntas de Freguesia, tem que se contrair um empréstimo de curto prazo, pratica que era e é seguida por esta



Assembleia Municipal de Caminha

Câmara Municipal, e, julga que no futura tem que haver outra capacidade financeira. Este, empréstimo destina-se a adiantar as transferências dos protocolos para com as Juntas de Freguesia. Disse ainda, que as Juntas de Freguesia têm fontes de financiamento diversa, ou, através do Estado o FEF, de receitas próprias, de financiamento comunitário, ou, de protocolos com a Câmara Municipal. E, uma Junta de Freguesia como a de Caminha/Vilarelho que não tem a sorte de ter grandes receitas próprias, depende muito deste financiamento. Disse ainda o Senhor Presidente de Junta, que aquilo a que se tem assistido nestes últimos anos, são uns protocolos com a Câmara Municipal que lhes dão alguma estabilidade económica, mas, houve um tempo que o seu cumprimento demorava imenso tempo a chegar às freguesias e causava muitas dificuldades, e aquilo que se tem vindo a fazer nos dois últimos anos com este mecanismo é poder entregar às Juntas de Freguesia atempadamente aquilo que tem a ver com despesas correntes e neste último ano aquilo que tem a ver com as despesas de investimento, e esse propósito vai ali referir como no ano anterior que foi aceite pela Câmara Municipal em se poder transformar despesa de investimento em despesa corrente, uma vez que os pressupostos são os mesmos, e tem necessidades diferentes, e não seria compreensível ter dinheiro para fazer obra e não ter para auxiliar as pessoas que necessitam, e apela aos seus colegas Senhores Presidentes de Junta que aprovem o empréstimo, o qual vai dar às Juntas de Freguesia poder de negociação, liquidez e servir a população.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Antonio Brás, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes que nos seguem de casa e Comunicação social, e disse que este empréstimo que está em debate será para ajudar a contrariar um cenário financeiro paupérrimo que persegue esta Câmara há sucessivos mandatos, e sabe bem o que isso é. Para a Junta de Freguesia de Âncora,



Assembleia Municipal de Caminha

disse que era nesta fase espectável que as contas da Freguesia estivessem mais equilibradas com aquilo que seriam as verbas provenientes das transferências de competências, o que até ao momento não foi possível face aquele cenário paupérrimo que persegue o Município.

Para terminar disse o Senhor Presidente de Junta que não fossem as ambições políticas que impeçam que este empréstimo fosse concretizado, tendo em conta que visa apoiar as Juntas de Freguesia, para que nesta fase mais premente, por ser necessário empreender nesta fase pós pandemia um conjunto de iniciativas que possam beneficiar a retoma e as populações. E, nesta linha de orientação a Junta de Freguesia de Âncora tem necessidade de ter uma cabimentação financeira necessária para poder ocorrer a essas situações, pelo que deixa um apelo a todos sobre a responsabilidade desta matéria.

Muito Obrigado.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga, disse que quando soube da votação do PSD em reunião de Câmara, nem queria acreditar, porque quando se está na oposição e se vota contra dar dinheiro às Freguesias, se chegam ao poder o que irá acontecer! E, acaba por ser um contrassenso, porque pedem obras para as freguesias, apoios para as pessoas para que nada falte neste tempo de pandemia, e foi isso que ali se ouviu hoje, mas, quando chega a altura de distribuir o dinheiro que faz falta às Freguesias, então, votam contra.

Disse.

O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves, disse que existe uma coisa que os Senhores Presidentes de Junta sabem que podem contar com a Câmara, não com muito dinheiro, mas, com a lealdade institucional do executivo e com a previsibilidade dos valores que atribuem às Juntas de Freguesia. Também, contam com esta Câmara Municipal para que ninguém



Assembleia Municipal de Caminha

seja preterido, seja do PS, PSD, Independente ou da CDU, por causa das cores políticas, isso não acontece, existem acordos assinados, os critérios assinalados e o dinheiro ao contrário do que acontecia no passado quando o PSD era poder, é atribuído conforme esses critérios e acordos, Disse ainda o Senhor Presidente que nos últimos anos não conhece nenhum Município em que todo o dinheiro das Junta de Freguesia seja antecipado, logo, é um esforço que o executivo faz porque reconhece o trabalho das Juntas de Freguesia. E, aquilo que aconteceu ali foi um pífio golpe de teatro do PSD, o PSD percebeu que tinha feito “xixi no tapete” e que tinha cometido um erro, e na Câmara votou contra e agora ali vai votar de outra maneira, mas, ele não acredita em nada daquilo, tem é uma vantagem Senhores Deputados do PSD é que estão a ver, mesmo quando quem manda comete erros grosseiros, não tem que se mandar já embora, deixe-o estar, podem é ter que encontrar novos mecanismos para melhorar a atuação, e isto que sirva de aprendizagem para melhorar a atuação.

Relativamente às perguntas que ali fez o Senhor Deputado, disse o Senhor Presidente que este é um empréstimo de curto prazo, o qual tem que ser pago até ao final do ano, as taxas de juro neste momento são negativas, e o executivo não tem neste momento como projetar qual vai ser a taxa de juro daqui a 1 ou 2 meses, logo, é simples, se a Câmara contrair o empréstimo amanhã e o pagar no dia seguinte, será zero que tem a pagar; se se contrair agora e se pagar como neste momento está a taxa de juro negativa, continuam sem pagar juros, se houver taxas de juro, irá pagar os juros que são baixos, mas, que isso não seja um problema para arranjar problemas para os Presidentes de Junta, que com a entrada desta quantia vão receber no seu global 470 mil euros de liquidez imediata, no mês de março, abril, o que é extraordinário para poderem ajudar a sua população. E, gostava muito de ver ali os Senhores Presidentes de Junta a tomar uma atitude sobre este que foi o posicionamento do PSD, e a terem muito cuidado sobre aquilo que é uma política que está neste momento a ser usada apenas numa ação de terra



Assembleia Municipal de Caminha

queimada de votar contra tudo e contra todos e que não olha para o real interesse nem dos autarcas nem das populações, está ali um bom exemplo do que seria se o PSD mandasse, ou seja, os Senhores Presidentes de Junta não tinham o adiantamento que vão ter, porque, ali vai ser aprovado esta medida e empréstimo.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 08 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

d) Regulamento Municipal para Autorização de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e outras Formas de Jogo

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e um de dezembro de dois mil e vinte, relativa ao “**Regulamento Municipal para Autorização de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e outras Formas de Jogo**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Regulamento Municipal para Autorização de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e outras Formas de Jogo”.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que esta questão do jogo deriva da transferência de competências e lembra que a CDU foi uma fervorosa lutadora contra a transferência de competência. Mas para clarificar aquilo que será a votação é importante que todos entendam, principalmente para quem acompanhou este processo, que uma questão é contrariar aquilo que a CDU entendia que devia ser feito, ou seja, contrariar a transferência de competências; outra coisa completamente diferente é, estando as transferências de competências consumadas, estarmos num exercício sem qualquer tipo regulamentação. São duas coisas distintas, razão pela qual a intenção de voto da CDU será distinta.

Disse.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 21H50M, do dia 26 de fevereiro de 2021, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário



A handwritten signature in blue ink, located in the top right corner of the page.

Assembleia Municipal de Caminha

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to read 'Sónia Lajoso'.

(Sónia Lajoso)

O Presidente

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to read 'Luís Augusto Pestana Mourão'.

(Luís Augusto Pestana Mourão)